



Anais da Assembléia

Nº 87

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE JUNHO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUÍLIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado CARLOS XAVIER SIMÕES
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 09:** José Colombino Grassano - Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 01:** Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caño Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania.
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 63.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE JUNHO DE 1993

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, Secretariada pelos Senhores Deputados João Iensen e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida.

Aprovada.

O SR. DR. ROSTINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.^o Secre-

Curitiba, terça, em 29.06.93

tário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, declino da chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Havendo declinado da chamada nominal, os Srs. Deputados que aprovam a Ata, queiram levantar-se.

Está aprovada Ata.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

N.^o 130/93-O.E.

Curitiba, 22 de junho de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os devidos fins, cópia do Acórdão N.^o 1757, proferido nos autos de Mandado de Segurança N.^o 12.483-0, de Curitiba, em que figuram como impetrante o Município de Assis Chateaubriand e impetrados o Presidente da Assembléia Legislativa e outro.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

(a) LUIZ PERROTTI
Relator

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

MANDADO DE SEGURANÇA N.^o 12.483-0,
DA COMARCA DE CURITIBA

IMPETRANTE: Município de Assis Chateaubriand

IMPETRADOS: Presidente da Assembléia Legislativa e outro.

RELATOR: Desembargador Luiz Perrotti.
MANDADO DE SEGURANÇA - Lei criando município "Ad Referendum" do resultado do Plebiscito - exigência constitucional de prévia consulta - desobediência ao processo Legislativo - concessão.

O requisito básico é essencial, indispensável a ser preenchido inicialmente, é o da consulta prévia, mediante plebiscito e atos das autoridades apontadas como coatoras determinando a criação de município e deixando para apreciação futura a mesma criação, dependendo do resultado, fere o direito do Município cuja área seria desmembrada, porque não obediente ao processo legislativo.

Vistos, relatados e discutidos estes

autos de Mandado de Segurança N° 12.483-0 de Curitiba, em que é impetrante Município de Assis Chateaubriand e impetrados Presidente da Assembléia Legislativa e outro.

1 - Impetrou o município de Assis Chateaubriand mandado de segurança contra ato do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e do Governador do Estado do Paraná, porque por iniciativa de dois Deputados teve início a tramitação legislativa de Projeto de Lei n° 88/90 que deu origem à Lei n° 9.288 de 05 de junho de 1990, pela qual ficava criado o Município de Encantado do Oeste, desmembrado do Município de Assis Chateaubriand, mas o ato se apresenta eivado de nulidade. Invocou que a Constituição Federal de 1967 e mesmo a Emenda n° 1/69, determinavam que "Lei complementar estabelecerá os requisitos mínimos de população e renda pública, bem como a forma de consulta às populações, para a criação de Municípios", sendo que ao tempo a competência era restrita à União, tendo esta editado a Lei Complementar n° 1/67 estabelecendo os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta às populações locais, para a criação de Novos Municípios. Pela atual Constituição Federal retornou aos Estados a competência para a criação, fusão e desmembramento de Municípios, conforme o artigo 18, § 4°. A Constituição Estadual em seu artigo 19, repetiu que Lei Complementar disporia da criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios. Como ainda não foi regulamentada a matéria, para todos os efeitos de criação de novos municípios, vige a Lei Complementar n° 27/86, que em seu artigo 6° dizia das condições e remetia para os fixados por lei federal e essa lei federal era a Lei Complementar n° 1, de 09 de novembro de 1967 e para a criação de novos municípios, três fases distintas deveriam ser observadas, a instrutória, a plebiscitária e a de elaboração legislativa. Fez exame das três fases e afirmou que foi sonegada, no tempo próprio a consulta plebiscitária, não havendo dispositivo para a criação do Município de Encantado do Oeste "ad referendum" do plebiscito.

Pediu a concessão de liminar que lhe foi dada (fls. 81) e notificadas as autoridades apontadas como coatoras que prestaram suas informações.

O Governador e o Estado do Paraná (fls. 86/89) disseram que a argumentação calçada nos dispositivos da Lei Complementar n° 1/67 é incompatível com a Constituição Federal, porque a competência já não é mais da União e sim dos Estados para legislar sobre criação de novos Municípios, devendo ser obedecidos os requisitos de lei complementar, por isso não de-

monstrou o impetrante ter sido atingido seu direito líquido e certo.

A Assembléia Legislativa (fls. 92/93) disse que a Lei Complementar Federal n° 1/67 está revogada e se lei complementar estadual ainda não foi votada, para a criação de novos municípios, basta sejam observadas as disposições da Constituição do Estado.

O ilustre Procurador Geral de Justiça opinou (fls. 96/110) pela denegação da segurança, com a cassação da liminar.

2 - O presente mandado de segurança ataca a Lei n° 9.288 de 05 de junho de 1990, que em seu artigo 1° diz:

"Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de Encantado do Oeste, com território desmembrado do Município de Assis Chateaubriand, com sede na localidade do mesmo nome e as divisas assim especificadas".

O ataque mais frontal se fere quanto ao fato da criação ser "ad referendum" do resultado do plebiscito.

A invocada Lei Complementar Federal n° 1/67 que tratava da matéria de criação, fusão, incorporação e desmembramento de município, com a entrada em vigor da atual Constituição Federal, restou a mesma revogada.

A Lei Maior em seu artigo 18, § 4° fez constar:

"A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-ão por lei estadual, obedecidos os requisitos em lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas".

Assoma que a remessa é feita à lei complementar estadual, que deverá nortear os requisitos necessários para a criação de município, mas sem poder fugir do comando normativo da regra supra, onde o princípio geral estabelecido é "de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas".

Por sua vez a Constituição Estadual diz:

"Artigo 19 - Lei Complementar estadual disporá sobre a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios.

§ 1° - Os seguintes requisitos serão observados na criação de Municípios:

- I - efetivação por lei estadual;
- II - consulta prévia, mediante plebiscito, à população da área a ser incorporada, fundida ou desmembrada.
- III - preservação da continuidade e da unidade histórico-cultural do ambiente urbano;
- IV - não constituição de área encravada no Município de origem".

Observa-se que, na norma da Carta Maior, é repetida a condição de consulta prévia, mediante plebiscito, mas dela frontalmente diverge quando alude "à população da área a ser incorporada, fundida ou desmembrada", quando aquela expressamente se refere "às populações diretamente interessadas". Por óbvio que não se deve, a consulta plebiscitária, ficar restrita à população da área a ser desmembrada, mas também abranger a população da área de que se desmembra, valendo a lição de José Afonso da Silva:

"Outro aspecto que mostra que os Municípios continuam a ser divisões dos Estados acha-se no fato de que sua criação, incorporação, fusão e desmembramento far-se-ão por lei estadual, segundo requisitos previstos em lei complementar também estadual (artigo 18, § 4º), e dependerão de plebiscito (o que é sempre consulta prévia) das populações diretamente interessadas. A Constituição aqui, diferentemente do que fez em relação aos Estados, usou "populações" no plural, a querer dizer que será consultada a população da área a ser desmembrada e da área de que se desmembra, ao contrário do que ocorreu sempre, quando o plebiscito importava apenas na consulta à população da área a cuja emancipação se pleiteava". (in "Curso de Direito Constitucional Positivo" - 5ª ed. pág. 409).

Temos que se para o procedimento da criação do novo município se deu atenção ao estipulado no § 2º do artigo 19 da Constituição Estadual e igualmente ao § 3º, a consulta prévia, mediante plebiscito, foi postergada para ser invocada com uma figura não prevista, a da criação do Município "ad referendum" do resultado do plebiscito.

Ora, se a Constituição Federal fala em consulta prévia, mediante plebiscito, e a Constituição Estadual reitera o mesmo requisito, sem que tenha em seu contexto a figura "ad referendum", a Lei nº 9.288, aqui, alvo de ataque, deixou de observar disposição constitucional e com isso feriu direito líquido e certo do impetrante de procurar manter a integridade de sua base geográfica.

O requisito básico e essencial, indispensável a ser preenchido inicialmente, é o da consulta prévia, mediante plebiscito e atos das autoridades apontadas como coatoras que determinavam a criação de município e deixavam para apreciação futura a mesma criação, dependendo do resultado, fere o direito do Município cuja área seria desmembrada, porque não obediente ao processo legislativo.

ACORDAM os Desembargadores do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná, por unanimidade de votos, em confirmando a

liminar, conceder a segurança.

Curitiba, 04 de junho de 1993.

(aa) RONALD ACCTOLY

Presidente

LUIZ FERROTTI

Relator

Estiveram presentes e acompanharam o voto do relator os eminentes Desembargadores Osiris Fontoura, Wilson Reback, Oswaldo Espíndola, Francisco Muniz, Troiano Netto, Carlos Raitani, Martins Ricci, Jorge Andriquetto, Nunes dos Nascimento, Plínio Cachuba, Abrahão Miguel, Eros Gradowski, Lima Lopes, Mattos Guedes, Freitas Oliveira, Sydnev Zappa, Adolpho Pereira, Oto Sponholz e Silva Wolff.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2322

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 298/93, que visa declarar de Utilidade Pública o Conselho Regional da Hidrovia Paraná/Ivaí, com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 2301

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão da Ordem do Dia, da próxima sessão, do Projeto de Lei nº 298/93, visto este estar em Regime de Urgência, que declara de Utilidade Pública o Conselho Regional da Hidrovia Paraná/Ivaí, com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 2341

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO N° 2352

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no § 2º do Artigo 175 do Regimento Interno a redução do interstício para o anúncio na Ordem do Dia

Curitiba, terça, em 29.06.93

Pág. 05

de amanhã do Projeto de Lei n° 130/93, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 2350

Senhor Presidente.

O Deputado Mário Bezerra, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas, e, na conformidade do disposto no art. 34 do Regimento Interno e seguintes, REQUER a manifestação do Plenário para aprovar a formação de uma Comissão Especial formada por 7 (sete) membros, e pelo prazo de 90 (noventa) dias, para o fim especial de acompanhar as propostas, estudos, e possíveis soluções que dizem respeito ao problema de calagem do Porto de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

JUSTIFICATIVA:

Os últimos acontecimentos que envolvem o problema do Porto de Paranaguá, bem como os vultosos prejuízos à economia paranaense, por si só, como fatos notórios, justificam forme esta Casa uma Comissão para acompanhar e se possível participar da solução necessária.

REQUERIMENTO N° 2300

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a manifestação de Voto de Pesar, pelo falecimento da Sra. Lúcia Boing, ocorrido domingo passado em Ivaiporã.

REQUER, ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2326

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento de Lourenço Gomes da Cruz, ocorrido nesta Capital. Trata-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, e que recebeu ampla manifestação de sentimentos diante do seu passamento.

É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2327

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que

seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento de Paulo Wistuba, ocorrido nesta Capital. Era professor de Mecânica Industrial aposentado do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET, deixando muitas saudades em todos que o conheciam. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante do passamento.

É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2342

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Fábio Pinheiro, ocorrido no último dia 26.06.93, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Fábio Pinheiro, após uma longa enfermidade, deixa o convívio de seus familiares e amigos. Membro de tradicional família paranaense, foi Presidente do Clube Pinheiros, hoje Paraná Clube. Seu falecimento tomou a todos de surpresa, não podendo seus amigos prestar-lhe a última homenagem, por ter sido seu corpo transladado e sepultado no Município de Cornélio Procopio. Assim sendo, através do presente uno-me aos seus familiares e amigos para prestar-lhe esta última homenagem.

REQUERIMENTO N° 2344

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de um voto de pesar, na data dos trabalhos da presente sessão, pelo falecimento do Sr. Jaime Jacob Guslen.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O desaparecimento do Sr. Jaime Jacob Guslen, alto e antigo funcionário da FUNDEPAR (Instituto de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná), natural do Município de União da Vitória, deixa a comunidade paranaense enlutada.

REQUERIMENTO N° 2349

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa e comunicado à Paróquia Menino Deus, à rua Porto União, s/n - Jardim Porto Alegre na

cidade de Toledo voto de pesar pelo falecimento do Frei Alceu Richeti, ocorrido no dia 26 de junho de 1993.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de toda a Diocese de Toledo encontra-se de luto, pelo falecimento do Reverendo Frei Alceu Richeti.

Cinqüenta anos de Ordenação Sacerdotal, dos quais, vinte anos dedicados à família toledana. Figura humana das mais admiradas, respeitada e querida, pelo seu jeito de ser e levar a mensagem de Deus, transmitindo fé, esperança e amor entre as pessoas, elevando tudo e todos com grande trabalho e liderança.

Nenhuma palavra nos levará a definir e elevar, como merece Frei Alceu. Assim, resumimos dizendo obrigado por tudo o que fez e com certeza continuará fazendo, intercedendo por nós e Toledo, ao lado de Deus, o Todo Poderoso, porque por sua santidade e dedicação aos seus semelhantes, lá se encontra em sua Glória. Com certeza, os nobre colegas Deputados e toda a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, se associam à dor da comunidade toledana e oestina, pelo falecimento do sempre lembrado Frei Alceu Richeti.

REQUERIMENTO N° 2304

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Mariópolis pela passagem do 33° aniversário de sua emancipação política.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Mariópolis, no próximo dia 25 de julho comemora seus 33 anos de emancipação política.

A história de Mariópolis é uma história de trabalho, cujo evento marca, além do seu registro, uma cidade renovada pela fibra de seu povo ao longo de seus 33 anos.

Nesta oportunidade queremos homenagear sua população que, com grande júbilo irá comemorar a data magna de seu município.

O aniversário de Mariópolis diz muito a todos nós paranaenses que amamos nossa terra e a ela devotamos o melhor de nossas energias.

É possível sentir e viver hoje a transformação de Mariópolis com seu crescimento, com seus administradores preocupados e comprometidos com as mudanças que estão a promover, sempre contando com o apoio e a participação de seu povo exul-

Curitiba, terça, em 29.06.93

tante de contentamento com o progresso e a qualidade de vida de sua população eminentemente trabalhadora.

Com esta proposição o Legislativo Paranaense tributa homenagem aos homens e mulheres que - na sua árdua luta dos tempos difíceis - deixaram um legado de trabalho e dedicação ao bem comum. E ao mesmo tempo, manifesta plena confiança na geração que hoje dá continuidade ao crescimento com o mesmo denodo dos antepassados.

REQUERIMENTO N° 2305

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a consignação de um Voto de Congratulações ao jornal "O Diário do Norte do Paraná" pelo 19° aniversário de fundação a ser comemorado nesta data.

O jornal "O Diário do Norte do Paraná" tem mostrado todo o vigor de um jornalismo independente e profundamente comprometido com a verdade dos fatos.

Tendo à sua frente o jornalista Franklin Vieira da Silva "O Diário" vem revelando vigor e compromisso com os seus leitores.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 2319

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação à SANBRA, que completou 20 anos de instalação na cidade de Ponta Grossa.

O complexo de Ponta Grossa foi inaugurado a 22 de junho de 1973, sendo a fase da grande reação desenvolvimentista que animou a roda dos Campos Gerais, e estimulou o mesmo impulso no próprio Estado do Paraná.

Construído no Km 503 da rodovia Curitiba-Ponta Grossa em um terreno de 670.000 m2, o complexo está localizado no Distrito Industrial do Município.

A origem da matéria-prima e da facilidade de escoamento dos produtos industrializados foram dois fatores que determinaram a escolha deste local. Com efeito, a grande área produtora de soja, na época da inauguração abrangia o Oeste, Sudoeste e Centro do Paraná e também o Oeste de Santa Catarina.

O complexo industrial da SANBRA, é depois de 20 anos, o maior do hemisfério Sul.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2320

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na ata dos trabalhos deste Poder Legislativo votos de congratulações à Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba pela comemoração dos seus 50 anos de fundação.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Evangélica Beneficente nasceu numa manhã de inverno de 25 de junho de 1943. O grupo de líderes evangélicos reuniu-se para fundar uma instituição que fosse capaz de construir um hospital para atender pessoas carentes. Foram os fundadores: Daniel Lander Betts, João Emílio Henck, Alcides Nogueira, Jaime D. Cook, A. Ben Oliver, Parísio Cidade e Augusto Kloppfleich.

A partir daí, inúmeras foram as doações dos fundadores e de outros colaboradores, para concretizar a idéia, até a inauguração do Hospital Evangélico, em 1959, tendo como primeiro diretor o médico Daniel Egg.

As metas educacionais da SEB são perseguidas através do Colégio de Enfermagem e da Faculdade Evangélica de Medicina, criados em 1967 e 1969, respectivamente, e que formam, todos os anos, grande número de profissionais de qualidade para os serviços de saúde do Paraná e do Brasil.

A existência da SEB só foi possível pela persistência dos seus fundadores e pela dedicação apaixonada daqueles que lhe seguiram, até os nossos dias. É indizível o valor da Sociedade Evangélica para a cidade de Curitiba e o Estado do Paraná. Vale dizer, também, que alguns serviços do Hospital Evangélico são objeto de procura por parte de brasileiros de diversos pontos do país e, inclusive, de outros países.

Registrar nos anais da Assembléia Legislativa a passagem dos 50 anos da Sociedade Evangélica é escrever, com letras maiúsculas, na história do Paraná, o agradecimento, do povo paranaense, aos serviços prestados por essa instituição.

E queremos, também, prestar homenagem a todos que contribuíram para o alcance do jubileu da SEB, de forma pública ou anônima, no Hospital, no Colégio de Enfermagem, na Faculdade de Medicina e no voluntariado samaritano, emprestando-se ao máximo para manter vivo o ideal dos fundadores de auxiliar aos mais necessitados.

REQUERIMENTO N° 2330

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER à mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado votos de congratulações ao Prefeito e Vereadores do Município de Corumbataí do Sul, pela instalação de um Posto Avançado do Banco do Brasil.

Trata-se de justa reivindicação do laborioso povo daquele município, encampado por suas lideranças, que se vê contemplado com os serviços bancários de tão importante estabelecimento.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2331

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado votos de congratulações ao Prefeito e Vereadores do Município de Farol, pela instalação de um Posto Avançado do Banco do Estado do Paraná.

Trata-se de justa reivindicação do laborioso povo daquele município, encampado por suas lideranças, que se vê contemplado com os serviços bancários de tão importante estabelecimento.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2345

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações ao jornal "Menino de Rua" pela importante iniciativa que constitui na busca de soluções para o problema do menino de rua.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

No último mês de maio o jornal "Menino de Rua" circulou na sua terceira edição, em nossa Capital.

Dirigido por Ubiratã Camargo de Barros e Sônia Marisa Xavier de Barros, o jornal "Menino de Rua" é uma importante iniciativa na luta de todos para tirar as crianças carentes e abandonadas das ruas de nossas cidades, não porque isso é necessário à estética urbana, mas porque enquanto isso perdurar o Brasil continuará condenado ao atraso e à miséria econômica e social.

O Jornal "Menino de Rua" tem apoio da Associação Brasileira de Ação Social e conta com um valioso corpo de colaboradores: Dr. Newton Grein, Dr. Newton de Sá Sotto Maior Neto; Dr. Ari Paiva Siqueira; Dr. Caio Amaral Gruber; Dep. Carlos Simões; jornalista Juril Carnascialli; Dr. Adhail Sprenger Passos; Dr. Sinval Lobato Machado; Ruth Yamasaky; Paula Pedroso do

Amaral; Raimunda Ferreira dos Santos e Nathanaiel M. Brandão.

Esses nomes garantem a seriedade do empreendimento, à medida em que são conhecedores das diversas facetas do problema do menor de rua e estão, há muito, empenhados na busca de soluções para este grave problema social.

Vale destacar, ainda, que a renda das assinaturas do jornal será destinada aos programas de atendimento ao menor, através das entidades filiadas ao Conselho das Entidades Sociais Particulares de Curitiba, CONSESP.

Esta é uma grande causa. O jornal Menino de Rua é um braço forte somado na luta pela transformação da atual realidade de milhares de crianças e jovens jogados pelas ruas desta capital, do Estado e do País.

Queremos que este requerimento enseje os cumprimentos deste Poder aos responsáveis pelo jornal "Menino de Rua" e a disposição desta Casa de apoiar aquela importante iniciativa.

REQUERIMENTO N° 2347

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER a consignação de um voto de congratulações ao ilustre e competente comerciante Jefferson Nogarolli pela sua indicação como o "COMERCIANTE DO ANO", em evento organizado pelo Sindicato do Comércio de Maringá.

Atuando sempre com brilho pessoal e competência, Jefferson Nogarolli é um dos mais destacados referenciais do comércio de Maringá, merecedor, portanto, da justa homenagem deste Poder.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 2314

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER moção de apoio e de reconhecimento aos direitos constitucionais dos homossexuais, que comemoram o 28 de junho como "Dia Internacional do Orgulho Gay".

REQUER ainda que seja dado conhecimento ao Grupo Dignidade.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) DR. ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Representando mais de 10% da população do Ocidente, segundo o Relatório Kinsey, os homossexuais estão presentes em todas as épocas e regiões do mundo, reivindicando que sejam tratados à luz da Ciência e da ótica da modernidade, que equipara a discriminação por orientação sexual ao mesmo status dos crimes raciais.

Tratando-se de uma das minorias mais iniquamente perseguidas, sofridas e discriminadas na sociedade atual, os gays e lésbicas, nos países civilizados têm seus direitos respeitados e assegurados à proteção da lei para o exercício pleno e igualitário da cidadania.

A intolerância e discriminação contra os homossexuais de ambos os sexos, conforme documentam os meios de comunicação e as entidades defensoras dos direitos humanos, ferem gravemente a Constituição Federal, que em seu Art. 5° b, do Título II, Cap. I, reza: "Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza..." e no Art. 3° b, do Título I, declara "constituir objetivo fundamental da República Federativa do Brasil... promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".

Como as demais minorias sociais, também os gays e lésbicas têm o seu dia internacional, que é comemorado com a notável participação de parlamentares nos países mais modernos do primeiro mundo.

Ao apresentar esta moção de apoio aos homossexuais brasileiros, estamos incluindo nosso país lado a lado com as potências mundiais civilizadas que reconhecem ser herança da Inquisição e do nazismo o preconceito e discriminação contra as minorias, sejam elas raciais, étnicas ou sexuais.

REQUERIMENTO N° 2298

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Exmo. Sr. MÁRIO PEREIRA, Digníssimo Diretor-Presidente da FERROESTE, solicitando os estudos necessários visando a instalação de um terminal de embarque no Município de Guaraniaçu.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Guaraniaçu é possuidor de expressivo potencial agrícola e a tendência é apresentar um crescimento econômico invejável com a instalação de um terminal de embarque da FERROESTE no município.

Trata-se de um pedido justo formulado por todos os segmentos da sociedade guaraniaçuense, que temos certeza receberá especial atenção por parte da FERROESTE.

REQUERIMENTO N° 2302

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, enviar ofício ao Ilmo. Sr. Paulo Roberto Cordeiro

ro, MD. Presidente da TELEPAR, solicitando determinar estudos de viabilidade técnica para implantação do Sistema de Telefonia Rural nos bairros Perobinha e Colônia do Paraguai, no Município de Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Pretendemos, com essa propositura, solicitar da TELEPAR estudos de viabilidade técnica para implantação do sistema de Telefonia Rural nos bairros Perobinha e Colônia do Paraguai, no Município de Bandeirantes.

Esse pedido vem atender as lideranças de agricultores daqueles bairros, que desejam, com otimismo, sejam transformadas em realidade as suas reivindicações, trazendo o mundo para dentro de suas casas e tendo no telefone mais um instrumento moderno de comunicação e de trabalho no campo.

Foi por esta razão e por questão de coerência que estamos pleiteando, em nome daqueles agricultores, esse benefício junto à Administração da TELEPAR.

REQUERIMENTO N° 2309

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. Roberto Requião, DD. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Deputado José Tavares, DD. Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, solicitando a celebração de convênio com a Prefeitura Municipal de Ipiranga, objetivando a instalação da Defensoria Pública no Município.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Constituição da República Federativa do Brasil ao tratar dos Direitos e Garantias Fundamentais, no capítulo dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos garantiu a todos os brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a igualdade perante a lei, o acesso à justiça, ao contraditório e a ampla defesa e, a assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, determinando no artigo 5° e seus incisos XXXV, LV e LXXIV que:

"Art. 5° - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

(...)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

(...)

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos."

E, no artigo 134 a Constituição Federal ao criar a Defensoria Pública - como instituição essencial à função jurisdicional do Estado - operacionou o cumprimento o seu artigo 5° e incisos descritos às pessoas carentes.

O Estado do Paraná, cõscio do direito dos seus cidadãos ao acesso e à proteção da justiça; porém, conhecedor da realidade causada pelo valor, excessivamente alto das custas judiciais que dificultam - quando não inviabilizam totalmente - aos mais carentes e necessitados poder usufruir dessas garantias constitucionais, determinou no artigo 127 da Constituição Estadual a existência da Defensoria Pública como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, a quem incumbe a orientação jurídica integral e gratuita, a postulação e a defesa, em todas as instâncias, judicial e extrajudicial, dos direitos e dos interesses individuais e coletivos dos necessitados, na forma da lei.

Assim, a celebração de um convênio entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, e a Prefeitura Municipal de Ipiranga visando a instalação da Defensoria Pública na referida Comarca, virá de encontro aos preceitos constitucionais acima enunciados e garantirá o acesso e a proteção da Justiça a um grande número de pessoas carentes, uma vez que o Município de Ipiranga possui uma população superior a 10.500 habitantes, integra a microrregião dos Campos Gerais, compõe a 53.ª Seção Judiciária do Estado e é Comarca de entrância inicial abrangendo o distrito da sede.

REQUERIMENTO N° 2310

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. Roberto Requião, DD. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Deputado José Tavares, DD. Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, solicitando a celebração de convênio com a Prefeitura Municipal de Reserva objetivando a instalação da Defensoria Pública no Município.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Constituição da República Federativa do Brasil ao tratar dos Direitos e Garantias Fundamentais, no capítulo dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos garantiu a todos os brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a igualdade perante a lei, o acesso à justiça, ao contraditório e a ampla defesa e, a assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, determinando no artigo 5º e seus incisos XXXV, LV e LXXIV que:

"Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

(...)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

(...)

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos."

E, no artigo 134 a Constituição Federal ao criar a Defensoria Pública - como instituição essencial à função jurisdicional do Estado - operacionou o cumprimento o seu artigo 5º e incisos descritos às pessoas carentes.

O Estado do Paraná, cõnscio do direito dos seus cidadãos ao acesso e à proteção da justiça; porém, conhecedor da realidade causada pelo valor, excessivamente alto das custas judiciais que dificultam - quando não inviabilizam totalmente - aos mais carentes e necessitados poder usufruir dessas garantias constitucionais, determinou no artigo 127 da Constituição Estadual a existência da Defensoria Pública como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, a quem incumbe a orientação jurídica integral e gratuita, a postulação e a defesa, em todas as instâncias, judicial e extrajudicial, dos direitos e dos interesses individuais e coletivos dos necessitados, na forma da lei.

Assim, a celebração de um convênio entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, e a Prefeitura Municipal de Reserva visando a instalação da Defensoria Pública na referida Comarca, virá de encontro aos preceitos constitucionais acima enunciados e garantirá o acesso e a proteção da Justiça a um grande número de pessoas caren-

Curitiba, terça, em 29.06.93

tes, uma vez que o Município de Reserva possui uma população superior a 23.375 habitantes, integra a microrregião dos Campos Gerais, compõe a 59ª Seção Judiciária do Estado e é Comarca de entrância inicial abrangendo além da sede os distritos judiciários de José Lacerda e Rio Novo.

REQUERIMENTO Nº 2311

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. Roberto Requião, DD. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Deputado José Tavares, DD. Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, solicitando a celebração de convênio com a Prefeitura Municipal de Ortigueira objetivando a instalação da Defensoria Pública no Município.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Constituição da República Federativa do Brasil ao tratar dos Direitos e Garantias Fundamentais, no capítulo dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos garantiu a todos os brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a igualdade perante a lei, o acesso à justiça, ao contraditório e a ampla defesa e, a assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, determinando no artigo 5º e seus incisos XXXV, LV e LXXIV, que:

"Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

(...)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

(...)

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos."

E, no artigo 134 a Constituição Federal ao criar a Defensoria Pública - como instituição essencial à função jurisdicional do Estado - operacionou o cumprimento o seu artigo 5º e incisos descritos às pessoas carentes.

O Estado do Paraná, cõnscio do direito

dos seus cidadãos ao acesso e à proteção da justiça; porém, conhecedor da realidade causada pelo valor, excessivamente alto das custas judiciais que dificultam - quando não inviabilizam totalmente - aos mais carentes e necessitados poder usufruir dessas garantias constitucionais, determinou no artigo 127 da Constituição Estadual a existência da Defensoria Pública como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, a quem incumbe a orientação jurídica integral e gratuita, a postulação e a defesa, em todas as instâncias, judicial e extrajudicial, dos direitos e dos interesses individuais e coletivos dos necessitados, na forma da lei.

Assim, a celebração de um convênio entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, e a Prefeitura Municipal de Ortigueira visando a instalação da Defensoria Pública na referida Comarca, virá de encontro aos preceitos constitucionais acima enunciados e garantirá o acesso e a proteção da Justiça a um grande número de pessoas carentes, uma vez que o Município de Ortigueira possui uma população superior a 56.000 habitantes, integra a microrregião dos Campos Gerais, compõe a 59.^a Seção Judiciária do Estado e é Comarca de entrância inicial abrangendo, além da sede, os distritos judiciários de Barreira, Lageado Bonito, Monfolinho e Natingüi.

REQUERIMENTO N° 2312

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. Roberto Requião, DD. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Deputado José Tavares, DD. Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, solicitando a celebração de convênio com a Prefeitura Municipal de Pinhão objetivando a instalação da Defensoria Pública no Município.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Constituição da República Federativa do Brasil ao tratar dos Direitos e Garantias Fundamentais, no capítulo dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos garantiu a todos os brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a igualdade perante a lei, o acesso à justiça, ao contraditório e a ampla defesa e, a assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, determinando no artigo 5° e seus incisos XXXV, LV e LXXIV que:

"Art. 5° - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabi-

lidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

(...)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

(...)

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos."

E, no artigo 134 a Constituição Federal ao criar a Defensoria Pública - como instituição essencial à função jurisdicional do Estado - operacionou o cumprimento o seu artigo 5° e incisos descritos às pessoas carentes.

O Estado do Paraná, cômico do direito dos seus cidadãos ao acesso e à proteção da justiça; porém, conhecedor da realidade causada pelo valor, excessivamente alto das custas judiciais que dificultam - quando não inviabilizam totalmente - aos mais carentes e necessitados poder usufruir dessas garantias constitucionais, determinou no artigo 127 da Constituição Estadual a existência da Defensoria Pública como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, a quem incumbe a orientação jurídica integral e gratuita, a postulação e a defesa, em todas as instâncias, judicial e extrajudicial, dos direitos e dos interesses individuais e coletivos dos necessitados, na forma da lei.

Assim, a celebração de um convênio entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, e a Prefeitura Municipal de Pinhão visando a instalação da Defensoria Pública na referida Comarca, virá de encontro aos preceitos constitucionais acima enunciados e garantirá o acesso e a proteção da Justiça a um grande número de pessoas carentes, uma vez que o Município de Pinhão possui uma população superior a 47.000 habitantes, integra a microrregião de Guarapuava compõe a 27.^a Seção Judiciária do Estado e é Comarca de entrância inicial abrangendo, além da sede, os distritos judiciários de Reserva, Pedro Lustosa e Bom Retiro.

REQUERIMENTO N° 2313

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Dr. Roberto Requião, DD. Governador do Estado e ao

Exmo. Sr. Deputado José Tavares, DD. Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, solicitando a celebração de convênio com a Prefeitura Municipal de Jaguariaíva objetivando a instalação da Defensoria Pública no Município.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A Constituição da República Federativa do Brasil ao tratar dos Direitos e Garantias Fundamentais, no capítulo dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos garantiu a todos os brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a igualdade perante a lei, o acesso à justiça, ao contraditório e a ampla defesa e, a assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, determinando no artigo 5º e seus incisos XXXV, LV e LXXIV que:

"Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

(...)

LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

(...)

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos."

E, no artigo 134 a Constituição Federal ao criar a Defensoria Pública - como instituição essencial à função jurisdicional do Estado - operacionou o cumprimento o seu artigo 5º e incisos descritos às pessoas carentes.

O Estado do Paraná, cômico do direito dos seus cidadãos ao acesso e à proteção da justiça; porém, conhecedor da realidade causada pelo valor, excessivamente alto das custas judiciais que dificultam - quando não inviabilizam totalmente - aos mais carentes e necessitados poder usufruir dessas garantias constitucionais, determinou no artigo 127 da Constituição Estadual a existência da Defensoria Pública como instituição essencial à função jurisdicional do Estado, a quem incumbe a orientação jurídica integral e gratuita, a postulação e a defesa, em todas as instâncias, judicial e extrajudicial, dos direitos e dos interesses individuais e coletivos dos necessitados, na forma da lei.

Assim, a celebração de um convênio en-

Curitiba, terça, em 29.06.93

tre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, e a Prefeitura Municipal de Jaguariaíva visando a instalação da Defensoria Pública na referida Comarca, virá de encontro aos preceitos constitucionais acima enunciados e garantirá o acesso e a proteção da Justiça a um grande número de pessoas carentes, uma vez que o Município de Jaguariaíva possui uma população superior a 20.000 habitantes, integra a microrregião do Norte Pioneiro, compõe a 52ª Seção Judiciária do Estado é Comarca de entrância inicial abrangendo, além da sede, o distrito judiciário de Eduardo Xavier da Silva.

REQUERIMENTO Nº 2333

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, officie-se ao Governador do Estado do Paraná, Dr. Roberto Requião de Mello e Silva, bem como ao Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Mário Pereira, no sentido de que seja asfaltada a estrada municipal ligando Quinta do Sol a Mandijuba, via Distrito de Irapuan, pelos motivos que justifica a seguir.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) JOSÉ ALVES

JUSTIFICATIVA:

A velha estrada, ligando Quinta do Sol a Mandijuba, via Distrito de Irapuan, era muito usada antigamente para o deslocamento da população da região de Quinta do Sol e Fênix, com destino a Maringá e outros centros maiores. Sua extensão é de, aproximadamente, 24 quilômetros, e ainda serve de escoamento das safras, como, de feijão, milho, algodão, café, sendo que nessa região também se cria mais de 3.000 cabeças de gado.

A necessidade de escoamento das safras e do transporte do gado de corte, são razões preponderantes para que se asfalte essa estrada, tornando-a estrada estadual, a bem daquela região.

REQUERIMENTO Nº 2299

Senhor Presidente.

O Deputado Domingos Faustino de Carvalho, no uso de suas atribuições legais, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná, solicitando uma Ambulância para o Posto de Saúde do Distrito de Socavão - Município de Castro, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A ambulância, objeto do presente requerimento é uma necessidade urgente.

O Posto de Saúde em questão, do Dis-

trito de Socavão, Município de Castro, atende toda a população da região que é de aproximadamente de 10.000 pessoas.

A necessidade de bom atendimento está sendo impedida pela dificuldade de transporte de pacientes e em muitos casos por falta de rapidez do mesmo.

REQUERIMENTO N° 2303

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvida a colenda Casa, votos de aplausos aos Exmos. Srs. Roberto Requião - MD. Governador do Estado do Paraná e Heitor de Mello e Silva - MD. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, extensivo a toda Diretoria e funcionários, pela "performance" do Banco no "ranking" brasileiro, no ano de 1992.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Desejamos, nessa oportunidade, prestar justa homenagem aos Exmos. Srs. Heitor Wallace de Mello e Silva - DD. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, extensivo a toda Diretoria e funcionários, pela eficiente e competente administração, levando o Banco a lugar de destaque no "ranking" brasileiro, em 1992.

A revista "Conjectura Econômica" apresentou os 100 maiores bancos no "ranking" brasileiro que foi elaborado a partir de uma amostragem de 168 bancos, em 1992.

OS 100 MELHORES BANCOS - 1992

- Banco do Estado do Paraná S/A classificado em 15° lugar

OS 20 MAIORES BANCOS BRASILEIROS - 1992

- Banco do Estado do Paraná S/A classificado em 15° lugar

OS MAIORES BANCOS ESTATAIS - 1992

- Banco do Estado do Paraná S/A classificado em 3° lugar

DEPÓSITOS TOTAIS (30 PRIMEIROS) - 1992

- Banco do Estado do Paraná S/A classificado em 26° lugar, com US\$ 510.000.000,00

RECEITA OPERACIONAL (30 PRIMEIROS) - 1992

- Banco do Estado do Paraná S/A classificado em 19° lugar, com US\$ 947.000.000,00

CAPITAL DE GIRO (30 PRIMEIROS) - 1992

- Banco do Estado do Paraná S/A classificado em 25° lugar, com US\$ 27.000.000,00

É relevante notar a "performance" do Banco em 1992 e que continua com a mesma força neste ano, ajudando o desenvolvimen-

to sócio-econômico do Estado em todas as áreas produtivas, filantrópicas, sociais e culturais.

É a força do Estado do Paraná para o Brasil.

REQUERIMENTO N° 2316

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente ao Ilustríssimo doutor Rogério Tizot, Diretor Geral do DER/Pr, solicitando que detemine ao setor competente, um estudo para a pavimentação com "Pedras Irregulares" das estradas das Colônias do Município de Paranaguá-Pr.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

As colônias do Município de Paranaguá, com agricultores em sua grande maioria produzindo, encontram como maior dificuldades a questão dos transportes para outros centros de seus produtos, em função das estradas e suas conservações precárias, embora o DER realize através do Posto da Praia de Leste um trabalho de recuperação, porém não é o ideal para os que ali residem. Com a pavimentação pelo DER, de Pedras Irregulares, talvez até com preços menores.

Nesse sentido, solicitamos que seja endereçado, um expediente, ao setor competente, com a maior brevidade um estudo para pavimentação com Pedras Irregulares de todas as estradas das Colônias de Paranaguá, diretamente ou em convênios com a Prefeitura Municipal, e que cópias desse nosso requerimento sejam enviadas para:

- 1 - Prefeitura Municipal de Paranaguá
Exmo. Prefeito Carlos Antonio Tortato
Rua Júlia da Costa, 322
CEP: 83203-060 - Paranaguá-Pr.
- 2 - Câmara Municipal de Paranaguá
Exmo. Presidente Mário Manoel das Dores Roque
Rua Visconde de Nacar, 728
CEP: 83203-420 - Paranaguá - Pr.
- 3 - Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá
Ao Presidente Sr. José Luiz Boabaid
Rua Rodrigues Alves, 621
CEP: 83203-420 - Paranaguá-Pr.
- 4 - Associação Comunitária Integrada
Ao Pres. Sr. Antônio Simon Sobrinho
BR-277 - Kilômetro 15
Entregar no Correio de Alexandra, Município de Paranaguá.

REQUERIMENTO N° 2317

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Deputado Federal Homero Oguido, Digníssimo Secretário do Desenvolvimento Urbano, solicitando a liberação de recursos para a ampliação da Prefeitura Municipal de Antonina.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O patrimônio histórico tem em sua relação o prédio onde funciona a Prefeitura Municipal de Antonina, porém existe a necessidade de ser realizado uma ampliação para dar melhor atendimento ao público e abrigar novos setores. O Prefeito Ironaldo Pereira de Deus, quer assim, dar oportunidade na preservação histórica do prédio e dentro de um projeto melhorar as diversões existentes, porém não tem recursos suficientes, fato que o preocupa muito.

Diante da relevância desse pronunciamento, para melhor funcionamento daquela municipalidade, pedimos que seja enviado uma correspondência ao Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário do Desenvolvimento Urbano, solicitando a liberação de recursos financeiros para a ampliação da Prefeitura Municipal de Antonina.

REQUERIMENTO N° 2318

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao doutor Maurício Requião, Digníssimo Superintendente da Fundepar, solicitando a liberação de recursos para a Ampliação da Escola Joaquina Dias Pereira, no Município de Antonina-Paraná.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A falta de recursos orçamentários, disponíveis na Prefeitura Municipal de Antonina, se reveste numa das maiores preocupações do Prefeito Ironaldo Pereira de Deus, porém existe a necessidade de reformas e ampliações de várias Escolas municipais, diante da demanda da população infantil, em idade escolar, caso específico da Escola Municipal Joaquina Dias Pereira, situada na localidade de Rio Pequeno, no município de Antonina, que necessita com urgência de uma ampliação, por essa razão solicitamos que seja feito um expediente ao Doutor Maurício Requião de Mello e Silva, Superintendente da FUNDEPAR, nesta Capital, solicitando a liberação de recursos para a ampliação da Escola Joaquina Dias Pereira, naquele município.

REQUERIMENTO N° 2328

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

Curitiba, terça, em 29.06.93

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros do ISEP, para aquisição de uma ambulância ao Município de Rebouças.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2329

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros do ISEP, para aquisição de uma ambulância ao Município de Peabiru.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2332

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Senhor Secretário dos Transportes, Dr. Mário Pereira, solicitando a doação de 12 Módulos para ponto de ônibus a serem instalados às margens das seguintes Rodovias no Município: BR-369, PR-472, PR-468.

O Município de Juranda é traçado por rodovias, sendo que em todas elas, existe apenas um módulo para ponto de ônibus, considerando que é cada vez mais crescente o número de usuários do transporte coletivo nos dias de hoje, obrigados a ficar submetidos às intempéries climáticas.

No aguardo de sua aquiescência agradecemos.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2335

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Cláudio Romanelli, Digníssimo Secretário de Estado da Política Habitacional - COHAPAR, no sentido de que seja determinada a inclusão do município de Iporã, no Programa de construção de casas de madeira, com repasse de 300 Kits/unidades habitacionais.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O déficit habitacional é notório em

qualquer município do Brasil. Ele ocorre nas capitais, nas cidades de porte médio e, até nos municípios menos populosos, pois à medida que encarece os custos da construção civil inviabiliza o acesso às famílias mais carentes da nossa população.

Os mecanismos encontrados pelo Governo do Estado do Paraná, em reduzir os custos e oferecer casas populares a baixo custo são ações que possuem maior alcance social dentro das atividades governamentais.

Dentre esses mecanismos, surge agora o Programa de Construção de Casas de Madeira, cuja reivindicação, e a que mais se adéqua aos municípios de minha região, portanto solicito a inclusão do município acima citado dentro dessa programação.

REQUERIMENTO N° 2338

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Cláudio Romanelli, Digníssimo Secretário de Estado da Política Habitacional - COHAPAR, no sentido de que seja determinada a inclusão do município de Umuarama, no Programa de construção de casas de madeira, com repasse de 300 Kits/unidades habitacionais.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O déficit habitacional é notório em qualquer município do Brasil. Ele ocorre nas capitais, nas cidades de porte médio e, até nos municípios menos populosos, pois à medida que encarece os custos da construção civil inviabiliza o acesso às famílias mais carentes da nossa população.

Os mecanismos encontrados pelo Governo do Estado do Paraná, em reduzir os custos e oferecer casas populares a baixo custo são ações que possuem maior alcance social dentro das atividades governamentais.

Dentre esses mecanismos, surge agora o Programa de Construção de Casas de Madeira, cuja reivindicação, e a que mais se adéqua aos municípios de minha região, portanto solicito a inclusão do município acima citado dentro dessa programação.

REQUERIMENTO N° 2334

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Durval do Amaral, Digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, no sentido de que seja determinada a inclusão do Município de IVATÉ no Projeto Clube do Irmão Caçula.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A criança, felizmente, está sendo alvo de preocupação pelas autoridades governamental e política do nosso País, em especial no Paraná, onde o Governo Requião, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social tem elaborado e colocado em execução vários programas com esse objetivo.

Um desses programas, o Projeto Clube do Irmão Caçula e que gostaríamos que fosse implantado nos municípios da nossa região, uma vez que são graves os problemas com o menor, são muitas as famílias carentes oriundas do campo que habitando as periferias da cidade têm suas crianças em completo abandono.

Cabe a urgente intervenção do Governo, que numa ação integrada com os órgãos municipais propiciem melhores condições de vida para essas crianças.

REQUERIMENTO N° 2336

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado José Durval do Amaral, Digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, no sentido de que seja determinada a inclusão do Município de ICARAIMA no Projeto Clube do Irmão Caçula.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A criança, felizmente, está sendo alvo de preocupação pelas autoridades governamental e política do nosso País, em especial no Paraná, onde o Governo Requião, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social tem elaborado e colocado em execução vários programas com esse objetivo.

Um desses programas, o Projeto Clube do Irmão Caçula e que gostaríamos que fosse implantado nos municípios da nossa região, uma vez que são graves os problemas com o menor, são muitas as famílias carentes oriundas do campo que habitando as periferias da cidade têm suas crianças em completo abandono.

Cabe a urgente intervenção do Governo, que numa ação integrada com os órgãos municipais propiciem melhores condições de vida para essas crianças.

REQUERIMENTO N° 2337

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Se-

nhor Professor Elias Abrahão, Digníssimo Secretário da Educação, no sentido de que seja determinada a doação e distribuição de aparelhos de vídeo-cassete e televisores para as Escolas Estaduais do município de Cafetal do Sul.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 2339

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente, ao Excelentíssimo Senhor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, no sentido de que seja autorizado urgentes medidas para a reforma e reparos na Escola Estadual Isa Mesquita - Ensino de 1° Grau, em Umuarama.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Em expediente datado de 17 de maio, p.p., a Direção daquele estabelecimento, diante da gravidade da situação, reiterou ao DECOM o pedido de reforma e reparos na Escola.

Goteiras são responsáveis por elevados prejuízos nas mobílias e têm causado transtornos no funcionamento das atividades normais da instituição.

Banheiros interditados, paredes e pisos em péssimas condições são alguns dos problemas enfrentados pelo corpo docente e discente, merecendo urgente atenção da FUNDEPAR.

REQUERIMENTO N° 2346

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná ao Ministro de Estado da Indústria e do Comércio, José Eduardo de Andrade Vieira, solicitando a escolha do Paraná como sede do Instituto Brasil-Japão de Qualidade e Produtividade.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento: Rossoni, José Alves, Luiz Antônio Setti, Nelson Justus, Emilia Belinati, Cezar Silvestri, Luiz Carlos Zuk, Paulo Maia, Lourenço Fregonese, Mário Bezerra e Luiz Henrique Bona Turra.

JUSTIFICATIVA:

A falta de qualidade e produtividade das indústrias nacionais se tornou irremediável a decisão de promover uma redução global das alíquotas de importação brasileira, e o Instituto Brasil-Japão da Qualidade e produtividade é da maior importância para o Brasil, pois o nosso desper-

Curitiba, terça, em 29.06.93

dício é estorrecedor diante dos padrões mundiais.

É preciso ter em mente, com clareza, que o desenvolvimento do país está intimamente ligado à sua capacidade de conter esse desperdício através de padrões de qualidade e produtividade.

Esse é um projeto nacional, de interesse de todo o Brasil, já que através do Instituto Brasil-Japão da Qualidade e Produtividade seriam difundidos conhecimentos e tecnologias para o nosso país.

O Paraná já formalizou acordo de cooperação com o Japão e o nosso Estado foi o pioneiro no país em programas de qualidade.

Diante disso, confiamos na sensibilidade e nas diligentes ações do Ministro José Eduardo de Andrade Vieira para instalação da sede do Instituto Brasil-Japão de Qualidade e Produtividade no nosso Estado, evidenciando mais uma atitude sua de compromisso com a indústria e o comércio do nosso país e, especialmente, do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 2308

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para autorizar o órgão competente a fornecer relação dos contemplados da Loteria Estadual, prêmios pagos e identificados, nos últimos 05 (cinco) anos.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) JOÃO IENSEN

JUSTIFICATIVA:

A fim de dirimir dúvidas e suspeitas de duplicidade de pagamento de contemplação e de possíveis vícios no decorrer dos sorteios.

REQUERIMENTO N° 2315

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de Pedido de Informação ao Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, solicitando cópia, de inteiro teor de convênio firmado entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Rio Negro, visando fazer levantamento cartográfico daquela região.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) DR. ROSINHA

REQUERIMENTO N° 2325

Senhor Presidente.

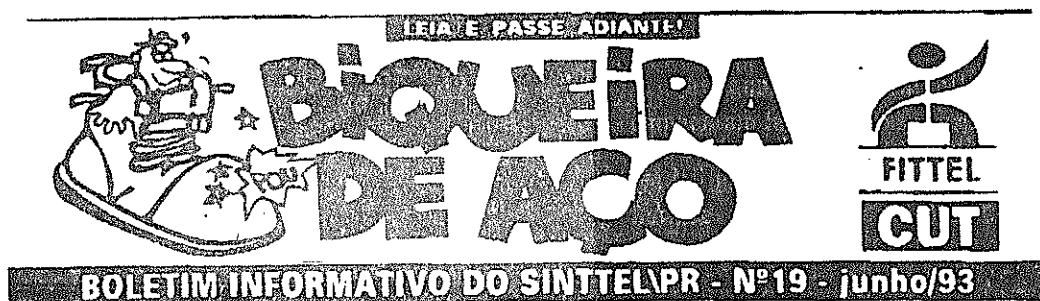
O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de pedido de informações a

Sua Excelência o Secretário de Estado da Segurança Pública, sobre medidas e resultados de investigação de denúncia do cometimento de crime de tortura contra Murilo Dircles de Souza, Rodney Celso de Souza e

Antônio Marcos Kruschka, no 1º Distrito Policial da Capital do Estado, conforme reportagens em anexo.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA



Funcionários da Telepar são seqüestrados e torturados por policias civis com a ajuda da segurança da empresa!



Anteontem, dia 23 de junho, três funcionários do CENTRAN viveram o pior e mais dramático dia de suas vidas. Delatados indevidamente por um falsário, um tal de Pinheiro, preso sob suspeita de venda ilegal de telefones, os três funcionários foram seqüestrados de dentro da Telepar por policiais civis com a ajuda dos seguranças da empresa e com a conivência dos seus chefes/superiores.

TORTURA

Eles foram então tratados como marginais e levados ao 1º Distrito Policial da capital onde conheceram a dura realidade dos métodos policiais para arrancar depoimentos.

CONIVÊNCIA

As acusações e humilhações começaram já na empresa, na sala da encarregada Sandra e do chefe Jailro. Foi dali que os seguranças Carlos Giovanl Berlese e Sérgio de Oliveira Cercal levaram os três para os policiais que já

or aguardavam na porta da empresa

O mais grave disto tudo isto é que os seguranças da Telepar acompanharam os policiais à delegacia e lá presenciaram a violência das torturas dos policiais e pior ficaram rindo e fazendo broncas com os funcionários acusados ilegalmente e injustamente. Mesmo na hora em que foram ameaçados, intimidados e tiveram chutes pontiagudos e porradas as seguranças nada fizeram senão rir da desgraça alheia. Além disto, os seguranças ao concordarem e agirem desta forma pareciam satisfeitos e orgulhosos do que faziam, segundo o depoimento das vítimas.

COBRAR EXPLICAÇÕES

O SINTTEL/PR está prestando todo o auxílio necessário aos três funcionários e não medirá esforços para que todos os envolvidos sejam responsabilizados pelas atrocidades: a empresa, as chefias, os seguranças, a polícia e quem mais tiver responsabilidade por este absurdo. Serão procurados o secretário da Segurança Pública do Paraná e o procurador geral do Estado (Ministério público) para serem informados do ocorrido e tomarem as medidas legais cabíveis.

Segundo o corregedor da Polícia Civil, o que se caracteriza neste caso é seqüestro. Um crime inafiançável e hediondo!

SEMPRE RESPEITANDO A LEI

O sindicato sempre defendeu que todas as denúncias devem ser esclarecidas e apuradas. Mas sempre conforme a lei. Para isto existem vários procedimentos: sindicância, auditoria, inquérito administrativo e nunca a violência e a arbitrariedade como foi usada neste caso.

INADMISSÍVEL

Tudo isto é inadmissível. Não podemos admitir que chefes e superiores entrem em suas colegas à segurança para serem torturados e queimados, para levarem choques elétricos, pancadas e hem paralisantes e arara, como se fossem culpados e sem ter seu direito de defesa.

ão inocentes. Este é um dos princípios do Estado Democrático de Direito de uma sociedade civilizada

CHEGA DE AUTORITARISMO E VIOLÊNCIA!

Chega com o autoritarismo destes trogloditas que pensam viver ainda no regime da ditadura, em que estas práticas eram "normais" e corriqueiras. Acreditamos que isto poderia ser evitado se:

- os telefônicos não confiassem com tanta presteza às ordens de chefes/superiores e seguranças autoritários
- os telefônicos lembrassem sempre de recorrer ao sindicato nestas situações (ou outras);
- entre os seguranças da Telepar não houvessem "ratos" como os policiais torturadores
- e a nossa polícia não fosse tão corrupta, violenta e despreparada.

SOLIDARIEDADE

Queremos que os nossos colegas Murilo Diricles de Souza (Telepar), Rodney Celso de Souza (Telepar) e Antônio Marcos Kruschka (APR) sejam recebidos com carinho pelos colegas. Nesta hora é necessária muita solidariedade e apoio para que eles possam suportar melhor a violência que viveram. Que todos repudiam estas práticas que devem ser eliminadas da Telepar. Temos que exigir a punição dos responsáveis, sejam eles quem forem. Bastar! Chega de violências!



Distrito policial sob denúncia de torturas

Acusados injustamente de terem vendido contratos de quitação de compra de telefone, três funcionários da Telepar, escoltados por dois seguranças da própria empresa, foram conduzidos para a delegacia do 1º Distrito (Centro), e terminaram sendo submetidos a tortura e forçados a assinar o depoimento. A denúncia foi feita junto ao Sinttel e os três contratarem um criminalista e também foram submetidos a exames de lesões junto ao Médico Legal.

Murilo de Souza, Antônio Marcos Kruschka e Rodney Celso de Souza, denunciavam que estavam trabalhando normalmente em seus setores, quando foram procurados pelos seguranças Carlos e Cereal, que os conduziram até fora da Telepar, onde se encontravam os policiais do 1º Distrito. Rodney e Antônio Marcos foram levados para esta delegacia na mesma viatura e durante o trajeto, os policiais disseram que era melhor "abrir o jogo", que o "pinheiro" já estava preso. De nada adiantou responderem que não conheciam tal pessoa e sequer sabiam por que estavam sendo presos. Dentro da delegacia, observaram quando chegou Murilo, que por ordem de um delegado, foi levado ao "pau-de-arara" e depois de torturado retornou para a sala, onde se encontravam, em companhia "deste tal de Pinheiro".

Antônio e Rodney acrescentaram que, induzido por um policial, "pinheiro", era obrigado a declinar os nomes de seus colegas, embora não os conhecesse. Depois de terem prestado depoimento sem a presença de um advogado e assinado apenas as informações fornecidas, os três foram encaminhados para o Distrito Policial.

clusive a tortura, foi presenciada pelos dois seguranças da Telepar.

TORTURA E AMEAÇAS

A maior vítima das torturas foi o funcionário Murilo D. de Souza, que ainda ontem apresentava os hematomas da tortura, principalmente nos pés. Segundo sua versão, por mais de um ano e meio trabalhou no posto de serviço telefônico na parte de controle de arrecadação, até que recentemente foi transferido para o setor de cobrança de contas telefônicas no Banco Banerindus, na Comendador Araújo, 327. A sua tarefa neste posto é fazer a recuperação de telefones cancelados, entregar as contas telefônicas em atraso de mais de 15 dias de atraso e também entregar aos usuários os contratos de quitação de compra de telefone para efetuarem pagamentos nos caixas. E o seu problema aconteceu, no dia em que a agência estava superlotada, e ele forneceu normalmente 11 contratos de quitação para uma pessoa, não se lembrando muito no fato, porque outros usuários já pediram quantias maiores. No entanto, como a polícia prendeu o falsificador, terminou sendo indicado como sendo a pessoa que havia dado os contratos. Conduzido para a delegacia, sem ter o direito de dar um único telefonema, levou choques e foi submetido ao pau-de-arara, e tudo na frente de um delegado.

PROVIDÊNCIAS

O corregedor da Polícia Civil, Teófilo Balch, ao ser informado do episódio, ordenou que todas as providências fossem adotadas para responsabilizar os culpados. Para tanto, uma sindicância já foi instaurada e será presidida por um delegado especial. O corregedor recebeu ontem à tarde a visita dos três funcionários da Telepar, acompanhados por membros do sindicato, quando garantiu que irá apurar o caso até as últimas consequências. Para ele, o caso é como se fosse um seqüestro com a cobertura dos seguranças da empresa.

Trapaça com telefones

Golpistas faturam 90 bilhões!

Telefônicos fazem a defesa dos acusados

Curitiba, 29 de junho. Os golpistas que faturaram 90 bilhões de reais em fraudes telefônicas, estão se defendendo com a ajuda de advogados e técnicos da área. Os acusados, que incluem funcionários da Telepar, estão sendo julgados no Tribunal de Justiça do Paraná. Os advogados alegam que os funcionários foram enganados por terceiros e que não tinham conhecimento das fraudes. Os técnicos afirmam que os sistemas de segurança da Telepar foram comprometidos por hackers e que os dados foram roubados. Os golpistas alegam que os funcionários foram enganados por terceiros e que não tinham conhecimento das fraudes.



Funcionários da Telepar são seqüestrados e torturados por policiais civis com a ajuda da segurança da empresa!



Curitiba, 29 de junho. Os golpistas que faturaram 90 bilhões de reais em fraudes telefônicas, estão se defendendo com a ajuda de advogados e técnicos da área. Os acusados, que incluem funcionários da Telepar, estão sendo julgados no Tribunal de Justiça do Paraná. Os advogados alegam que os funcionários foram enganados por terceiros e que não tinham conhecimento das fraudes. Os técnicos afirmam que os sistemas de segurança da Telepar foram comprometidos por hackers e que os dados foram roubados. Os golpistas alegam que os funcionários foram enganados por terceiros e que não tinham conhecimento das fraudes.

Curitiba, 29 de junho. Os golpistas que faturaram 90 bilhões de reais em fraudes telefônicas, estão se defendendo com a ajuda de advogados e técnicos da área. Os acusados, que incluem funcionários da Telepar, estão sendo julgados no Tribunal de Justiça do Paraná. Os advogados alegam que os funcionários foram enganados por terceiros e que não tinham conhecimento das fraudes. Os técnicos afirmam que os sistemas de segurança da Telepar foram comprometidos por hackers e que os dados foram roubados. Os golpistas alegam que os funcionários foram enganados por terceiros e que não tinham conhecimento das fraudes.

Com a aquisição fraudulenta de linhas telefônicas, feita nos últimos três anos, pela Telepar, uma quadrilha que contava com a ajuda de três funcionários da empresa, se tornou a polícia, feita à medida, cerca de R\$ 90 bilhões.

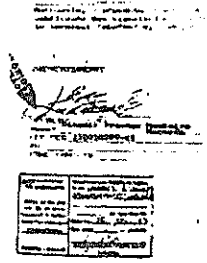
O golpe que consistia na falsificação de assinaturas de pessoas cadastradas na lista para o serviço, para que as linhas pudessem ser revendidas a terceiros, foi descoberto quando foi revelado online a Tribuna pelo delegado Quirino do 1.º Distrito judicial. Dos 30 indivíduos envolvidos, três somente foram seqüestrados no interior da Telepar por policiais civis que tiveram a ajuda dos funcionários da empresa e que mais tarde foram seqüestrados na delegacia.

Murilo Darcles de Souza, 28 anos, Rodney Celso de Souza, 24, e Antônio Márcio Kluschna, 23, tinham o controle do cadastro de interessados na aquisição de linhas telefônicas e quando ocorreu a invasão, estavam apenas os membros da quadrilha que estavam em quadras em provincial, elevando a compra.

Depois, para repassá-las a terceiros, com um lucro fabuloso, falsificavam a assinatura numa carta de transferência, das linhas cadastradas, desde o delegado Quirino, Sérgio Calmon, proprietário da empresa Goldman, Nélson Wagner, da Linhas de Transmissão, e outros.



Depoimento Quirino



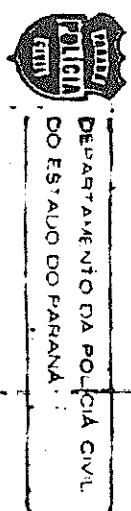
Depoimento Quirino

Funcionários não vão ser afastados

No final da semana, a Telepar chegou a suspender uma oficina sobre o golpe do telefone. Em razão de denúncias envolvendo três empregados da Telepar, a empresa informou que não vai afastar os funcionários envolvidos no caso. A empresa afirmou que os funcionários envolvidos no caso não foram seqüestrados e que não foram torturados. A empresa afirmou que os funcionários envolvidos no caso não foram seqüestrados e que não foram torturados. A empresa afirmou que os funcionários envolvidos no caso não foram seqüestrados e que não foram torturados.

Cadáver na casa abandonada

Curitiba, 29 de junho. Um corpo foi encontrado em uma casa abandonada na cidade de Curitiba. O corpo foi encontrado em uma casa abandonada na cidade de Curitiba. O corpo foi encontrado em uma casa abandonada na cidade de Curitiba. O corpo foi encontrado em uma casa abandonada na cidade de Curitiba.



TERMO DE DECLARAÇÃO

Aos 24 dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e 1993

na Divisão Policial da Capital

onde se achava presente o Doutor Delegado de Polícia

assinado, ai compareceu MURILLO DARCLES DE SOUZA

R. G. nº 3.694.905-8-Pr.

Bouta

natural de Tubarão-So.

estado civil Casado

com endereço profissional Rua Comendador Araújo, 327

residência Rua Olga de Araújo Spindola, 1340-Bloco P.

Ap. 02

o qual, perguntado, disse

que, o declarante trabalha na Telepar há 11 anos, que, em data de ontem, por volta das 10:15 horas, dois segurantes da Telepar de nome CERCA e CAHLOS, sem qualquer papel escrito, disseram ao declarante que teria que acompanhá-los até o 1º Distrito Policial para prestar alguns esclarecimentos, tendo ambos dito ainda que o declarante retornaria logo em seguida, que, também no interior da Telepar haviam dois policiais civis, um de nome Nélson e outro não sabe o nome, sendo ele calvo, aproximadamente 38 anos, estatura média, com aproximadamente 1,80 de altura, podendo reconhecer-lo o qual em alto tom perguntou quanto era o salário do declarante e este respondendo, referido policial disse ao declarante tinha o para ter um veículo Honda 87, que, o declarante mesmo argumentando o motivo de ter referido veículo, juntamente com seus colegas de trabalho de nomes HUGENEL e ANTONIO, foram colocados em um veículo Passat cor branco, ano 77 ou 78, segundo em direção ao 1º Distrito Policial, que, para serem detidos, os policiais não se identificaram e também não exibiram qualquer tipo de papel ou documento alguma intimidação, que, no trajeto da Telepar até o 1º D.P., o declarante foi ameaçado e foi tratado com palavras de diversos tipos, que, as ameaças eram feitas pelo policial Nélson, o qual disse para o declarante abrir o jôgo, pois era o declarante o cabeça



DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
DO ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE DECLARAÇÃO

Aos =24= dias do mês de =julho= do ano de mil novecentos e =93= nesta cidade de Curitiba - Paraná

na Divisão Policial da Capital

onde se achava presente o Doutor Delegado de Polícia HIRTOR RODRIGUES

comigo, Escrivão de seu cargo, ao final

assinado, ai compareceu o Sr. ARMANDO MARCOS HIRUSCHNI

R. G. n.º 4.441.669-7/PR.

nle Ingênd Hruschna

natural de Ivaiporã-PR.

estado civil casado

com endereço profissional (Telefer) Comendador Araújo, 327 - Centro

residente R. Flávio Ribeiro, 726 - Portão

e com telefones 222-3442

O qual, perguntado, disse saber ler e escrever, passando a prestar a seguinte declaração: que, por volta de 09:20 horas de ontem (23/06/93), o declarante em contravenção ao seu local de trabalho ocorreu em que a ocorrência da mesma SANDRA, informou que o Supervisor Jairo desejava falar com o declarante; que, chegando na sala de Jairo lá estavam dois segurantes da Telefer, do nome Carlos e Oseca; que disseram que desejavam falar com o declarante no canto da sala; que, aguardaram a chegada de outro funcionário de nome Rudnei; que, os já citados segurantes levaram o declarante e Rudnei para fora das dependências da empresa; que, lá foram feitas apresentações a quatro ou cinco pessoas como sendo RUDNEI e ARMANDO; que, na próxima, passaram a conversar com as pessoas que seriam policiais, mas que o declarante não viu qualquer identificação; que, disseram ao declarante e Rudnei que era para "abrir o jogo" pois Pinheiro estava preso no 1º Distrito e já havia contado tudo; que, Rudnei então perguntou "tudo o quê", pois não sabiam de nada; que, então foi dito por um dos policiais esta vez para a delegacia que lá vocês irão falar; que, imediatamente



DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
DO ESTADO DO PARANÁ

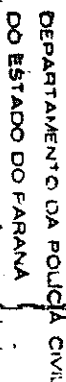
Ou ainda, ao dar declaração de ARMANDO MARCOS HIRUSCHNI, em 29.06.93

violenças físicas e do sítio em recolhidos até o dia seguinte; que, após irem tirados os depoimentos foram liberados, mas por volta de 19:00 horas, o mesmo nada mais disse e nem lhe foi permitido falar, determinando a Autoridade Policial que se descesse por encerrado o presente termo, o qual após lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, *[assinatura]*, Escrivão que datilografarei e subscreverei.

DELEGADO:

DELEGADO:

ESCRIVÃO:



TERMO DE DECLARAÇÃO

Aos 24 dias do mês de Junho do ano de

mil novecentos e 1993

na Divisão Policial da Capital

onde se achava presente o Doutor Delegado de Policia

confid. Escrito de seu cargo, ao final

assinado, ai compareceu MURILLO MARCELES DE SOUSA

filho de Jairo de Sousa e Eva Fernandes de

Boards of Nationality
Brazilian

com 28 anos de idade,

estado civil Casado
de profissão Agente de Economia e Finanças

com endereço profissional Rua Comendador Araújo, 321

Presidente Rua Olga de Araujo Espindola, 1340-Bloco 8

© Com Informes '241-8535 Rev. - 2-27-2005

[illegible]

declaração: que, o declarante trabalha na telepar há 11 anos; que, em data de 10.03.88, foi contratado para trabalhar na telepar, como operador de linha, e que, desde então, vem trabalhando regularmente para a telepar, sem qualquer interrupção.

nome CECAL e SANTOS, bem qualq[ue]r papel escrito, dinheram no de

para prestar alguns esclarecimentos, tendo ambos dito ainda que

de Telepar haviam dois policiais civis, um de nome Neli e outro

na média, com aproximadamente 1,80 de altura, podendo reconhecer-se

o qual em alto tom perguntou quanto era o salário do declarante e a quem respondendo referido policial disse ser o declarante tinteiro.

para ter um veículo Monza 87, que, o declarante mesmo argumenta

de trabalho de nomes **FRIDINEI** e **ANTONIO**, foram colocados em um veículo e levados em direção ao 19.

Distrito Policial; que, para serem detidos, os policiais não se

bém alguma intimação, que, no trajeto da Telepar até o 1º D.P.,

41 nome, as reuniões eram feitas pelo policial Noel, o qual die

cabega do negócio; que, chegando no dia 23.9.64, foram a uma sala su-
perior, onde lá apareceu o Delegado MACEDO e posteriormente o DE-
legado GUARACI, estando também os dois policiais civis e ainda os
dois segurantes da Terepar OENICAL e CARLOS; que, naquela sala era
dito ao declarante para que abrisse o fôlego, não era para segurar
a bomba sozinho e queriam saber nomes de pessoas de altos cargos
de diretoria, pois estava sendo acusado de liberar mais de 300 li-
nhas (contratos) sem a documentação necessária; que, o declarante
negando as acusações que lhe estavam sendo imputadas, o policial
Rei disse já que o declarante era homem para aguentar sozinho,
iriam leva-lo até uma salinha; pelo policial Rei e o outro sal-
vado, este tinha nas mãos um bastão parecido com um caseteite, com
um botão e duas pontas de ferro, cujo objeto ao ser acionado o bo-
tão é encostado no corpo do declarante este recebia choques; que,
cada vez que o declarante negava ter alguma participação no caso
que estava sendo acusado, recebia choques por todo o corpo, sendo
uns 30 choques; que, o declarante era ameaçado com um pedaço de
tropa grossa, a qual foi utilizada pelo policial Rei, o qual batia
na sola de seus pés, enquanto também o policial calvo dava cho-
ques no declarante; que, também o declarante foi agredido com sô-
cos, pontas-pés por todo o corpo, chegando inclusive a ser agredi-
do na frente do Delegado Macedo e Delegado Guaraci, isto após a
tortura na cela; que, desde as 11:00 horas até por volta das
16:30 horas, o declarante, ANTONIO e ROBERTO, ficaram em uma cela
sem comer, beber água e também sem poder dar uma telefonema; que,
por volta das 17:30 horas, o declarante foi prestar declarações
para um escrivão, cujo nome não sabe, mas pode reconhecê-lo, men-
do que o mesmo não teve participação alguma das agressões, onde
agressões sofridas; que, após o declarante ser ouvido pelo escri-
vão, foi liberado por volta das 19:00 horas; que, face os ferimen-
tos sofridos, o declarante, na data de hoje foi até o I.M.L. fazer
exame de lesões corporais. Nada mais disse, mandou a autoridade
encerrar o presente ato que, logo o acusado conforme vai dizer -
decevevi.

DELICADO

BECLA HAN THE

ESCHIVO ...



DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
DO ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE DECLARAÇÃO

Aos = 24 = dias do mês de = junho = do ano de mil novecentos e = 93 = nesta cidade de Curitiba - Paraná na DIVISÃO POLICIAL DA CAPITAL onde se achava presente o Doutor Delegado de Polícia MILTON RODRIGUES comigo, Escrivão de seu cargo, ao final assinado, ai compareceu o Sr. RODRIGUES CELSO DE SOUZA R. G. n.º 4.072.111-8/PR, filho de Antonio Carlos Souza e Plenir De roteira Souza de nacionalidade brasileira com 24 anos de idade, natural de Curitiba-PR. estado civil solteiro de profissão atendente de serviços com endereço profissional R. Comendador Araújo, 327 - residente R. Arthur Strzinger, 26 - Cajuru - Conj. Mercurio e com telefones 222-3442 e qual, perguntado, disse saber ler e escrever, passando a prestar a seguinte declaração: Que, em 23/06/93, por volta de 09:45 horas, encontrava-se em seu local de trabalho, na Telapar da rua Comendador Araújo onde exerce a função de atendente de serviço, ocasião em que foi solicitado por dois segurantes da empresa de nomes CERCAL e CAMPOS para que os acompanhasse até um canto da sala para uma conversa; que, na ocasião foram chamados o declarante e seu colega AMORIO; que, ainda no interior das dependências da TELPAR, mas já no setor público foram levados até a presença de uma pessoa que vieram a saber ser policial e chamar-se Neri; que, foram solicitados pelo policial para que os acompanhasse e acabaram fora das dependências da empresa; que, ali estavam três outras pessoas que também eram policiais, sendo um deles o De-Edno Macedo, outro elemento culvo, alto e de bigode e outro pouco mais baixo, não sabendo maiores detalhes sobre os dois últimos; que, passaram a conversar com os policiais e com o De-Edno Macedo e a respeito de uma documentação e a respeito de um melhor

de policial disseram que seria melhor o declarante e AMORIO trabalharem o jogo" pois isso faria com que diminuísse o "temunho da brumoa" para cada um; que, então foi levado o declarante e AMORIO até um veículo Volks-Tasset de cor branca e no caminho disse que era o melhor contarem tudo "numa boa" para que não fosse obrigado a fazer uma declaração ali mesmo; que, sem qualquer reação o declarante e AMORIO entraram no carro; que, já no interior do veículo foi perguntado se o declarante conhecia AMORIO; Na ocasião o declarante disse que realmente conhecia AMORIO, por ser ele também funcionário da Telapar, mas declarando para serviços no Banco Remerindus, agência Telapar; que, foi disse "então o Milton também está envolvido", ao que o declarante respondeu, "envolvido em que, se não sei do que se trata"; que, então chegou o Delegado MACEDO nova noite perguntando por Milton, tendo o declarante dito a ele o mesmo que dissera a Neri anteriormente; que, também perguntou por um tal de Ivo, tendo dito que não o conhecia; que, então o Delegado MACEDO disse ao declarante "Vou levar você para a delegacia e lá vai levar choque no rebó e tomar porrada" del vai falar; que, tendo chegado Milton que havia ido ao dentista, foram todos colocados no carro já citado e levados para o 1º Distrito Policial; que, o Delegado Macedo e outro Policial foram num outro carro; que, chegando ao Distrito foram encaminhados à sala do Delegado GUARACI; Na ocasião / va um outro Agente e também chegou o Delegado GUARACI; Na ocasião / também estavam presentes os dois segurantes da Telapar já citados; que, os policiais ali presentes passaram a perguntar sobre uma irregularidade de venda de telefones, informando que haviam sido vendidos mais de trezentas linhas irregularmente; que, tal irregularidade seria feita por parte de um quadrilha da qual participava o declarante, AMORIO e MILTON, além de outros; que, como continuassem negando qualquer participação no caso, os Policiais Neri e o carcereiro, chamaram MILTON para fora da sala e o declarante e AMORIO ficaram ali; que, após o retorno de Milton, continuaram as perguntas e as negativas, ocasião em que um dos policiais, alto e de bigode e o outro mais baixo, deu um soco na cabeça de Milton e



DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
DO ESTADO DO PARANÁ

cont. fls.02.

Que, logo a seguir o Policial Nei fez menção de dar uma coronhada no rosto de MURILLO; Que, como não houvesse um acordo, o declarante, ANTONIO e MURILLO foram levados para a sala do plantão onde tiveram que deixar os pertences; Que, ali Nei encontrou na mão do declarante um bastão eletrificado e disse que aquilo seria comente o começo; Que, então foram encaminhados a uma pequena cela onde ficaram das 11:00 horas de 23/06/93 até 16:00 ou 16:30 horas do mesmo dia; Após isso foram levados ao cartório, um de cada vez, ocasião em que foram praticamente obrigados a assinar uma declaração onde assumiam a culpa sobre os fatos alegados; Que, assinar em face de terem sido ameaçados de ali permanecer até o dia seguinte, bem como, que se tal ocorresse iriam assinar com certeza; Que, após o depoimento de todos, foram liberados; E como nada mais disse e nem lhe perguntado foi, determinou a Autoridade Policial que se desse por encerrado o presente termo, o qual após lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, [assinatura], Escrevão que datilografarei e subscrevi.

DELEGADO: [assinatura]

DECLARANTE: [assinatura]

ESCRIVÃO: [assinatura]

REQUERIMENTO N° 2348

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUEREM a retirada dos seguintes requerimentos:

- 1 - Informações à Secretaria de Estado e da Ação Social quanto à Unidade Queiroz Filho - Educandário São Francisco de Assis.
- 2 - Providências ao Ministério Público Estadual.

Requerem, outrossim, que os mesmos sejam excluídos da apreciação do douto Plenário.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(aa) DOUTOR ROSINHA

EMILIA BELINATI

REQUERIMENTO N° 2351

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, aprovação do Plenário, para o seguinte pedido de informações à Secretaria

de Estado da Comunicação Social, do Governo do Estado do Paraná:

1) Especificar quais os serviços prestados pela Agência Interamericana - Propaganda S/C Ltda, faturados contra o Banco do Estado do Paraná S/A pelas notas fiscais n° 216 e 219, daquela Agência, no valor, respectivo, de Cr\$ 18.527.242,87 e Cr\$ 92.814.357,60, e nas datas de emissão das notas fiscais de 12 e 14 de maio de 1992?

2) Em que data foram efetuados tais pagamentos? Fornecer o líquido recebido pela Agência Interamericana, e em qual Agência do Banestado, foi efetuado o pagamento ou depositado em conta.

3) Especificar, a que se refere a Nota Fiscal n° 233, emitida em 13/07/92, pela Interamericana-Propaganda S/A Ltda, fornecendo o valor pago a data de pagamento e Agência onde foi pago.

4) Todas as informações e esclarecimentos sejam demonstrados com cópias autênticas dos documentos referidos e dos trabalhos prestados pela referida Agência

Interamericana.

5) Qual foi o total de pagamentos efetuado pela Secretaria da Comunicação Social, ou por ela autorizado, no exercício de 92 para a Agência Interamericana?

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO N° 2353

Senhor Presidente.

A Comissão de Finanças, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei n° 279/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 031/93, que objetiva aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 955.860.000.000,00 (novecentos e cinquenta e cinco bilhões, oitocentos e sessenta milhões de cruzeiros), ao Orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, REQUER, na forma prevista pelo artigo 28, inciso V, combinado com o artigo 131, ambos da Resolução n° 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar à Secretaria de Estado dos Transportes, para que a mesma se pronuncie a respeito do assunto, mais especificamente sobre o quadro de natureza da despesa.

Pede Deferimento.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI N° 314/93

À Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Fraternidade Eclética Espiritualista Universal, com sede principal e foro no Município de Luziania, Estado de Goiás, e representação regional nesta Capital.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A Fraternidade Eclética Espiritualista Universal, FEEU, tem existência legal desde 27 de março de 1946, sendo pessoa jurídica de direito privado, fundamentada em propósitos apolíticos, filantrópicos, eclético-religiosos de assistência social e espiritual gratuita. A FEEU é reconhecida de Utilidade Pública Federal pelo Decreto n° 1.185, de 15/06/62 e sua matriz-regional em Curitiba está localizada na Rua João Koleski, n° 117, bairro de Campo Comprido.

Fundada em 26 de setembro de 1982, a matriz-regional do Paraná da Fraternidade Eclética Espiritualista Universal é reco-

nhecida de Utilidade Pública Municipal pela Lei n° 7445, de 16 de abril de 1990, em função das atividades que promove visando o desenvolvimento espiritual da nossa população e a assistência social aos menos favorecidos, conforme demonstrado pelo relatório de atividades que segue apenso ao presente plano de lei.

Diante disso, tendo em vista o dispositivo constitucional que garante a liberdade de culto religioso e a necessidade do Poder Público apoiar as iniciativas de assistência à população, submetemos ao douto Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o reconhecimento da Utilidade da Fraternidade Eclética Espiritualista Universal.

PROJETO DE LEI N° 315/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. João Alovsio Mommensohn.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Homem modesto, só poderia ter nascido num humilde berço e na simplicidade de um lugarejo perdido na imensidão do Brasil. Assim nasceu João Alovsio Mommensohn, aos 21 dias do mês de junho de 1926, na pequenina e bucólica Vila Bom Retiro. O povoado também cresceu e é hoje Luzerna, no município de Joaçaba, em Santa Catarina.

Filho de imigrantes alemães que em 1923, cheios de esperanças, desembarcaram nesta pátria que adotaram como também sua. E, com impávida coragem, tornaram-se lavradores: João Alovsio Mommensohn, ainda criança, repartia os árduos trabalhos na lavoura com os deveres de aluno no Grupo Escolar da pequena Vila. Sempre brilhante nas duas ações. Ao lado dos pais, lutando na bravia e promissora terra, ficou até os 19 anos, quando se transferiu para Londrina, a florescente cidade que surgia, prometedora, norte do Paraná. Ali empregou-se na firma Irmãos Fugante S/A., onde exerceu os mais variados cargos até 1956. Então, já com 30 anos de idade, graças à sua capacidade e à experiência adquirida e, sobretudo, à sua indomável vontade de vencer, fundou a sua própria firma, a Catarinense S.A., que, acanhada de início, abriga hoje mais de mil trabalhadores. É o seu Diretor-Presidente e a empresa possui, como subsidiárias, a Agropecuária - Cavim, a Transportadora Luzerna e a Aplacos Corretora de Seguros.

Apesar de uma vida intensa e das múltiplas atividades no comércio e na pecuária, João Aloysio Mommensohn encontrou preciosos momentos para se dedicar ao aperfeiçoamento de sua cultura. Com uma determinação férrea, concluiu o curso secundário em 1975 e nesse mesmo ano ingressou na Faculdade Mackenzie, onde, em 1978, bacharelou-se em Administração de Empresas. Jamais perdeu um ano sequer nessa cansativa maratona estudantil.

Esse é, em rápidas pinceladas, João Aloysio Mommensohn. Ele é casado com a dedicada Domadora Josefina Dolis Mommensohn, e o casal possui quatro filhos e cinco netos.

De uma conduta irrepreensível e de modestia e simpatia a toda prova, marcou suas atuações tão indelevelmente na história de Maringá e do Estado que não poderia deixar de ser merecedor de homenagem como a ora proposta.

Vida Leonística

14.12.1957: Ingressou no Lions Clube de Maringá/Centro-Pr.

27.01.1960: Transferência para o Lions Clube de São Paulo/Santana.

CARGOS OCUPADOS

A nível de Clube:

DIRETOR VOGAL	- 1971/72; 1975/76
TESOUREIRO	- 1962/63; 1963/64
SECRETÁRIO	- 1961/62; -
3° VICE-PRESIDENTE	- 1964/65; 1970/71
2° VICE-PRESIDENTE	- 1965/66; 1978/79
1° VICE-PRESIDENTE	- 1969/70; 1979/80
PRESIDENTE	- 1966/67; 1980/81

Foi Presidente do Conselho Nacional de Governadores.

A nível de Distrito:

- Assessor de Intercâmbio da Juventude 1970/71 - Governadoria Harrison Righetti Costa. Organizou uma caravana de jovens que, pela primeira e única vez no Distrito, viajou para o exterior.
- Assessor de Assuntos Sociais 1981/82 - Governadoria Jácomo Armando Bonitatibus.
- Presidente de Divisão 1967/68 - Governadoria Armando Taddei.
- Vice-Governador 1968/69 - Governadoria Antonio Domene Sobrinho.
- Governador Distrito L-4 1982/83 - Padrinho Físico dos Lions Clubes de: São Paulo/Tremembé (fundado em 27.08.1968); São Paulo/Pirituba (fundado em 18.03.1970); São Paulo/Vila Guilherme (fundado em 19.03.1970); colaborou ainda, na criação do Lions Clube de São Paulo/Imirim (fundado em 15.04.1971).

Curitiba, terça, em 29.06.93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher, no Município de Barbosa Ferraz-PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

Com este plano de lei, pretende-se dar à mulher de Barbosa Ferraz, o amparo psico-social necessário, tendo em vista os inúmeros crimes de violência acometidos contra ela.

A delegacia feminina conta com profissionais especializados no atendimento social, jurídico e psicológico. É um trabalho multidisciplinar, cujo objetivo é a orientação, readaptação e reestruturação da mulher, vítima dos mais diversos tipos de violência.

As seqüelas causadas pelas agressões são tão profundas, que muitas vezes só são amenizadas com um bom tratamento psicológico, pois são o fruto da violência física e moral, seja nos casos de estupro, esfaqueamento, humilhação, ou tantos outros crimes existentes.

Assim, a instalação de uma Delegacia da Mulher, garantirá a defesa dos seus direitos constitucionais, amparando-a contra agressões discriminatórias, que ainda existem por parte de uma parcela da população masculina que não aceita a condição independente e igualitária da mulher, e responde a esta conquista com atos de agressão, violência e desrespeito.

PROJETO DE LEI N° 317/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do Município de Morretes.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Em todo o território brasileiro existe um trabalho voluntariado de pessoas buscando uma ação em favor dos excepcionais, onde a meta principal é integrá-los à sociedade. Dentro desse contexto filantrópico está a APAE, de Morretes, que começou em 1992 com 3 alunos, e na atualidade con-

ta com 21 assistidos, que recebem um programa básico de atendimento especializado.

A APAE de Morretes, tem um projeto que funciona em 3 partes distintas, iniciando pela estimulação precoce, uma turma de treinamento básico e um programa de profissionalização, onde frequentam pessoas entre as idades de 0 a 31 anos.

Há crianças e adultos com déficit Auditivo, Paralisia Cerebral, Síndrome de Down, Sequelas de Menigite, Déficit Cognitivo e outras deficiências psicomotoras.

Além do setor de ensino especial, cuja ação de benemerência das integrantes do Magistério é das mais louváveis, ainda existe em pleno funcionamento a parte de medicina técnica com o trabalho de uma Psicóloga, Fonoaudióloga e uma Fisioterapeuta, que diariamente idealizam um método de integração.

Com toda a documentação em perfeita ordem jurídica, e funcionando normalmente merece a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Morretes (APAE), que lhe seja concedido o título de Utilidade Pública, pelos relevantes serviços que está realizando no município de Morretes-Pr.

PROJETO DE LEI N° 318/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Fundação Instituto Tecnológico Industrial - FITI", com sede e foro no Município de Araucária, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A entidade, que pretendemos seja declarada de Utilidade Pública, foi fundada a 21 de julho de 1988, para oferecer formação profissional na área da Região Metropolitana de Curitiba, e contribuindo para a elevação do nível educacional dos beneficiados nos campos técnico-científico e técnico-profissional.

Dispõe, em seus estatutos, especificamente no Art. 33, que veda a percepção de remuneração ou o usufruto de vantagens ou benefícios a qualquer título, aos diretores, sócios, irmãos e proponentes entre si.

No relatório de atividades aponta a manutenção de curso pró-técnico, com alunos, sem qualquer custo para estes.

Cremos serem motivos suficientes para o pretendido, para o que pedimos o apoio e aprovação dos Senhores Deputados.

PROJETO DE LEI N° 319/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher, no Município de Jandaia do Sul-Pr.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.06.93.

(a) COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

Com este plano de lei, pretende-se dar à mulher de Barbosa Ferraz, o amparo psico-social necessário, tendo em vista os inúmeros crimes de violência cometidos contra ela.

A delegacia feminina conta com profissionais especializados no atendimento social, jurídico e psicológico. É um trabalho multidisciplinar, cujo objetivo é a orientação, readaptação e reestruturação da mulher, vítima dos mais diversos tipos de violência.

As seqüelas causadas pelas agressões são tão profundas, que muitas vezes só são amenizadas com um bom tratamento psicológico, pois são o fruto da violência física e moral, seja nos casos de estupro, esfaqueamento, humilhação, ou tantos outros crimes existentes.

Assim, a instalação de uma Delegacia da Mulher, garantirá a defesa dos seus direitos constitucionais, amparando-a contra agressões discriminatórias, que ainda existem por parte de uma parcela da população masculina que não aceita a condição independente e igualitária da mulher, e responde a esta conquista com atos de agressão, violência e desrespeito.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, concedemos a palavra à Deputada Emilia Belinati.

A SRA. EMILIA BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Juntamente com o Deputado Dr. Rosinha, na semana passada apresentamos pedido de informações ao Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social, Durval Amaral, e pedido de providências ao Ministério Público, quanto a denúncias de violências e maus-tratos contra internos da unidade social "Queiroz Filho" ou Educandário "São Francisco de Assis".

Como autores destes requerimentos, estamos solicitando à Mesa que sejam retirados da apreciação desta Assembléia, porque estamos diante de fatos novos.

Acontece, Senhores Deputados, que o Ministério Público do Paraná, através do Centro de Apoio Operacional das Promoto-

rias da Criança e do Adolescente, já está tomando providências a respeito destas e de outras irregularidades no educandário.

Ainda ontem, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente enviou ao Secretário Durval Amaral as conclusões do inquérito sobre as condições de funcionamento da "Queiroz Filho", fazendo nove recomendações administrativas, com prazo certo para serem cumpridas. Caso contrário, o Estado poderá ser acionado judicialmente.

As recomendações são assinadas pelo Procurador de Justiça, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, e pelos Promotores de Justiça Adolfo Vaz da Silva Júnior, Rosana Beraldi Ludwig, Moacir Gonçalves Nogueira Neto e Miriam de Freitas Santos.

Entre as medidas propostas está a abertura imediata de sindicância administrativa, para rigorosa investigação das inúmeras notícias de constrangimentos ilegais e de violências físicas de funcionários contra os internos.

Como consequência, é indicado o pronto afastamento do dirigente da Queiroz Filho, Major Benur Augusto Muniz.

Além disto, o Ministério Público vai solicitar a abertura de inquérito policial, no Município de Piraquara, sede da unidade, para a investigação das denúncias de maus-tratos e violência contra os adolescentes internos no educandário.

Para que os Senhores Deputados saibam da extensão dos problemas detectados pelo Ministério Público, desde 1991, lembramos que entre as recomendações feitas para que o educandário possa assistir adequadamente aos internos estão:

- Redimensionar o espaço físico da unidade;

- Garantir aos internos serviço psiquiátrico e de enfermagem, bem como atendimento médico e odontológico;

- Acabar com contratos de trabalho temporário dos funcionários e promover concurso público para a organização do quadro de pessoal;

- Complementar o quadro de professores para garantir a escolaridade dos internos;

- Eliminar a recepção com o encaminhamento do interno para "celas de isolamento", onde alguns já permaneceram por mais de 10 dias.

O Ministério Público argumenta que estas são medidas necessárias para que o Estado "venha a cumprir com seu dever de assistência e promoção social daqueles que se encontram sob sua guarda direta".

Vamos acompanhar atentamente as respostas do Governo à iniciativa do Ministério Público, em atendimento à lei e à justiça.

Era isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário do Pequeno Expediente, Deputado Alqaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Todos têm direito a uma candidatura, desde que preste um trabalho à comunidade, desde que tenha o respaldo da comunidade. O maior respeito que tenho ao Deputado José Afonso Júnior, licenciado e assumindo a função de Secretário Estadual de Esportes e Turismo, não posso aceitar que se permita estampar normalmente num jornal de circulação em todo o Estado do Paraná toda esta barbaridade, já num prenúncio de campanha eleitoral em que envolve o Senhor José Afonso Júnior e o Senhor Maurício Requião. Diz que repassaram 70 bilhões em obras no Norte Pioneiro, duas páginas dentro do Jornal "O Estado do Paraná". E não é jornal, não é um encarte, mas são folhas normais de um dos cadernos do Jornal "O Estado do Paraná", onde aqui enumeram obras, atendimentos e com nada mais nada menos do que 22 fotografias!

Resta saber quanto custou isto, quem pagou esta publicidade, neste já prenúncio de campanha envolvendo o Deputado Estadual e atual Secretário de Esportes e Turismo e o Presidente da FUNDEPAR, Senhor Maurício Requião.

Já que não basta a apelação, a coação que fazem no Palácio Iguazu em cima de prefeitos que até agora mantêm a coerência, pois se elegeram por um partido e permanecem ainda em seus partidos. Já não basta a classificação ridícula que é feita no Palácio Iguazu, onde os prefeitos são atendidos e classificados em três etapas. O número três é aquele que não é para ser atendido em nada, que se dane o povo do seu município que, pelo jeito, não é paranaense, porque este pertence ao PT, ou ao PDT...

O Sr. Paulo Maia - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Estou no horário do Pequeno Expediente.

Darei o aparte com prazer quando ocupar o Horário da Liderança de meu partido.

O segundo prefeito na escala é aquele que está propenso a mudar para o partido do Governo, ou do partido aliado ao Governo e cujo Deputado provavelmente já garantiu também mudar de partido. Este até que dá para começar a atender alguma coisa.

O número um é aquele que pode ser atendido porque é do PMDB, do PPS e que é totalmente aliado ao Governo do Estado.

Não basta esta ditadura política imposta pelo Palácio Iguazu que contratou

como secretários extraordinários ex-nre-feitos com contas ainda não devidamente aprovadas no Tribunal de Contas, que assumem o cargo de fazer a coação ao prefeito, e de começar a dizer: "se você mudar, não virá nada para cá!".

Agora, estampado no jornal "O Estado do Paraná" de hoje, esta barbaridade toda. Duas páginas de obras orçadas em 70 bilhões de cruzeiros. Quanto custaram estas duas páginas aqui?

Por isto estou dando entrada na Mesa, hoje, do seguinte pedido de informações, que espero que a bancada governista, que também tem preocupação em relação a esta situação, não foi por menos que fizeram uma reunião com os secretários e exigiram, acima de tudo, respeito daqueles que têm cargos, que ocupam cadeiras nesta Casa, que me ajudem a aprovar este pedido de informações. O faço baseado na Constituição do Estado do Paraná, que diz no artigo 28: "Fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

(Art. 54, Constituição Estadual).

Considerando que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos."

(Art. 27 § 1º, Constituição Estadual).

Considerando a publicação pelo jornal O Estado do Paraná (anexo), no dia 29 de junho de 1993, de encarte publicitário em duas páginas inteiras, sob o título "Afonso Júnior e Maurício repassam Cr\$ 70 bi ao Norte Pioneiro":

Considerando que tal publicação tem caráter evidentemente pessoal, através da qual o Secretário de Estado de Esportes e Turismo destaca seus próprios méritos e, com ajuda do Superintendente da FUNDEPAR, realizar obras públicas na Região do Norte Pioneiro, onde tem bases eleitorais;

Considerando que tal atitude, se financiada com recursos públicos, contraria flagrantemente a Constituição do Estado do Paraná:

Requer, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado aos Srs. Secretário de Estado de Esportes e Turismo e Superintendente da FUNDEPAR, José Afonso Júnior e Maurício Requião, respectivamente, o seguinte:

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

01. A publicação do encarte publicitário no jornal O Estado do Paraná de 29.06.93 foi paga pela Secretaria de Esportes e Turismo ou pela FUNDEPAR?
02. Quais os valores pagos?

03. De qual dos órgãos partiu a iniciativa da publicação?
04. Qual a sua finalidade?
05. A publicação figurou em outros veículos de imprensa do Estado do Paraná?
06. Em caso afirmativo, especificar os veículos, enviar cópia das publicações, datas e valores pagos, com destaque para a fonte pagadora.
07. A Secretaria de Esportes e Turismo e a FUNDEPAR já determinaram outras publicações dessa natureza, nos últimos três anos?
08. Em caso afirmativo responder aos mesmos quesitos formulados no item VI.
09. Especificamente à Secretaria de Esportes e Turismo:
 - a) Quais as obras e/ou projetos realizados na Região do Norte Pioneiro por essa Secretaria, desde a posse do atual Secretário? Discriminar valores, natureza, datas e municípios atendidos.
 - b) Enviar relatório comparativo, inclusive em valores, das obras e/ou projetos realizados pela Secretaria na Região do Norte Pioneiro e nas demais regiões do Estado do Paraná.
 - c) Quais os critérios adotados pela Secretaria para definição dos municípios a serem atendidos com ações daquela pasta?
 - d) Desde a sua posse, quais foram as obras e/ou projetos realizados na Região Metropolitana de Curitiba? Discriminar valores, natureza, datas e municípios atendidos.
10. Especificamente para a FUNDEPAR:
 - a) Enviar relatório comparativo, inclusive em valores, das obras e/ou projetos realizados pela FUNDEPAR nas diversas regiões do Estado do Paraná?
 - b) Quais os critérios adotados para definição dos municípios a serem atendidos com ações da FUNDEPAR?
 - c) Desde a sua posse, quais foram as obras e/ou projetos realizados na Região Metropolitana de Curitiba? Discriminar valores, natureza, datas e municípios atendidos.
 - d) Em que consiste o projeto da FUNDEPAR de instalar antenas parabólicas em algumas escolas estaduais?
 - e) Quantas já foram instaladas, onde, obedecendo a que critérios, quais os valores?
 - f) Como tais equipamentos são adquiridos e de quem? Discriminar a modalidade da aquisição e enviar documentos relativos à compra.
 - g) Em que consiste o Projeto Nossa Quadra?
 - h) Quais os municípios atendidos, valores utilizados, datas e critérios para escolha?

1) Qual a competência da FUNDEPAR para repassar verbas e doar veículos para uso na área de assistência social, conforme divulgado pelo encarte publicitário do jornal O Estado do Paraná?

Requer outrossim, seja oficiada ao jornal O Estado do Paraná solicitação de cópia da fatura referente ao encarte publicitário veiculado no dia 29 de junho de 1993, nas páginas 10 e 11, onde se identifique o nome do contratante.

Palácio XIX de Dezembro, em 29.06.93

(a) ALGACI TÚLIO

Senhor Presidente, Srs. Deputados, essas são as indagações que faço aos dois órgãos ligados ao Governo - Secretaria de Esportes e Turismo e ao Superintendente da FUNDEPAR para que nos esclareçam. Porque, já dá para entender perfeitamente, e todos nós sabemos e prefeitos já estão dizendo aí que o Sr. Maurício Requião está indo conversar com os prefeitos mas já, dizendo: "Vou lhe ajudar aqui mas terá que me dar o apoio para Deputado Federal".

Isto é coação, é imoral e é resistido por alguns prefeitos e por aqueles que infelizmente não conseguem...

O Sr. Neivo Beraldin - V. Exa. me concede um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - ... devido a ação que é feita em cima desses prefeitos. Com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin - Deputado Algaci Túlio, V. Exa. sabe que o momento político-econômico do Brasil exige a força de exemplo e V. Exa. vem de uma administração municipal que mais gastou nesse País e V. Exa. agora faz o seu papel de oposição, V. Exa. deveria, aliar-se ao governo do Estado e transformar a fotografia administrativa na nossa Região Metropolitana. Os prefeitos da Região Metropolitana, os quais represento, sejam de quaisquer partidos, sejam de qualquer posição política, estão sendo atendidos pelo Governo do Estado, que aliás, governa com programas aprovados, programas que vêm sendo cumpridos; não governa com repasse a compadres políticos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço pelo aparte, mas quero dizer a V. Exa., que não é verdade o que V. Exa. está dizendo. V. Exa. não vai mentir para mim. V. Exa. também é testemunha da coação que se faz em cima dos prefeitos e V. Exa. fez isso para o prefeito aqui do meu Partido, aqui em Almirante Tamandaré, quando o Sr. Governador foi lá implantar o Rápido Metropolitano: V. Exa. e mais um Deputado desta Casa,

Curitiba, terça, em 29.06.93

coagiram o meu prefeito, não o meu prefeito, o prefeito da minha cidade, da qual eu tenho honra de lá ter nascido: foram lá coagi-lo: é preciso que assine a ficha e todos os que estão cutucando o prefeito. Este é um exemplo e eu posso dizer isso...

O Sr. Neivo Beraldin - Deputado Algaci Túlio, desculpe-me, mas isso não é verdade.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu estou com a palavra, Senhor Presidente.

O Deputado Neivo pode usar depois o espaço do PT naquele outro lado lá, que não tem problema nenhum. Conteste tudo aquilo que eu falei e traga provas. A Câmara de Vereadores em Curitiba é o fórum para o debate. Lá estão os Vereadores do PMDB, do PT para fazer os pedidos de informações a exemplo do que eu faço aqui.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa o orador que está na tribuna, que o seu tempo está concluindo. Concede-lhe um minuto e trinta segundos para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu agradeço. Não usarei um minuto e trinta segundos. Usarei somente 30 segundos para dizer que se os Vereadores do PMDB e do PT não têm competência na Câmara de Vereadores, eu procuro, dentro das minhas limitações, vencer as limitações. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No pequeno expediente concedo a palavra ao Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Folha de Londrina do dia de hoje, traz matéria a respeito de trabalhos que eu diria, forçados de alguns trabalhadores de uma destilaria de álcool de Ibaiti. O "Bom Dia Paraná", também de hoje, veicula o mesmo noticiário. Srs. Deputados, ontem eu estive ausente desta Casa, porque justamente junto com o Deputado Paulo Bernardi, mais os advogados da Comissão Pastoral da Terra, estivemos visitando a Destilaria de Alcool de Ibaiti Ltda.

Recebemos a denúncia de que lá alguns trabalhadores ou vários trabalhadores estavam submetidos a um regime de escravidão. Nos reunimos com o empresário proprietário da fazenda e da Destilaria, do qual outra coisa não poderia esperar a não ser a negativa de tudo.

A posteriori nos reunimos com os trabalhadores e o que nos foi contado é que cerca de 300 trabalhadores foram trazidos

de Minas Gerais para trabalhar na destilatória, fato este que o empresário não nega e, que todos estes trabalhadores foram transportados de ônibus para este trabalho. E que somente seriam transportados de volta após o fim da safra, só que todos estes eram submetidos a baixa remuneração. A renda líquida em muitos deles não chegava a um salário mínimo ou, a cerca de um salário mínimo após trabalhar 10 horas por dia no corte de cana.

Concordo plenamente que não foi identificado o trabalho escravo, mas também não dá para dizer que o trabalho não era semi-escravo uma vez que todo trabalhador poderia ir embora se quisesse, mas com que dinheiro voltaria para sua cidade? Com que dinheiro voltaria para o local de onde foi tirado, se a distância é superior a 1700 Km?

Portanto, o salário recebido no final do mês era insuficiente para pagar a volta destes trabalhadores para suas casas. O que significa que se há liberdade de ir e vir, não há liberdade econômica para se poder ir e vir. Portanto, caracteriza-se um regime de semi-escravidão, uma vez que tem a liberdade de sair, mas não tem a mínima condição econômica de sair daquela fazenda para voltar para suas casas.

Outra questão que se coloca é que o alojamento onde estavam os trabalhadores era pior do que muitos locais onde os fazendeiros criam os porcos, as galinhas e seu gado. Era totalmente sujo, com odor fétido, sem nenhuma condição de higiene. Isso foi mostrado pelas câmeras de televisão e exibido hoje no Bom Dia Paraná.

Outra questão que nenhum trabalhador negou, todos confirmaram, foram tirados de Minas Gerais para trabalhar no Estado de São Paulo, mais precisamente na Cidade na região de Paoçu. A eles foi mentido que estariam lá trabalhando e foram transportados, todos, para o Norte velho, para o Norte Pioneiro.

Nós estivemos na fazenda com a Procuradoria Geral do Estado com a promotora da Cidade de Ibaiti. E esta promotora ontem mesmo abriu inquérito para apurar as responsabilidades do proprietário da Destilatória de Alcool de Ibaiti Ltda. Senhor Heno Ferrari de São Paulo. E ontem mesmo esse empresário assumiu o compromisso perante a Comissão Pastoral da Terra com os Deputados que lá se encontravam e mais a promotora pública de que todos estes trabalhadores voltarão a suas terras no máximo de uma semana. É necessário botar um basta neste tipo de trabalho no Paraná. Paraná considerado Estado avançado do nosso País, anualmente identifica-se trabalho escravo ou semi-escravo e isto não é uma coisa, infelizmente, exclusiva do Paraná, mas também de outros estados. E o

Ministro Valter Barilli na Conferência da OIT em Genebra confirmou que, infelizmente, o Brasil é um dos Países onde mais tem trabalho escravo e semi-escravo.

Esperamos botar fim em tudo isto.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

O Brasil tem assistido, já há muito tempo as críticas sistemáticas que se abatem sobre o Poder Legislativo nesse País, são as denúncias de favorecimento, tráfico de influência que tomam conta das páginas dos jornais do nosso País. Juntamente com essa campanha, culminada com ela vem a imprensa conservadora do nosso País iniciando um processo de preparação da opinião pública para aceitação de uma nova ditadura militar em nosso País. Estão aí sendo publicadas as pesquisas que dão conta do prestígio das forças armadas. O policiamento de um ex-Capitão do Exército na própria Tribuna da Câmara Federal pedindo o retorno da ditadura militar.

Começa a tomar nesse País a idéia de que nós vivemos com as instituições comprometidas pela corrupção, pelo tráfico de influência, e começa a tomar corpo devidamente induzido pelos setores conservadores a idéia de que a democracia não teve a capacidade de resolver os problemas fundamentais do povo brasileiro. Por isso, Senhores Deputados, temos que ficar atentos àqueles que agora tentam novamente assanhar os quartéis desse País para impedir a retomada do processo democrático em nosso País.

Em primeiro lugar, é preciso resgatar a história, e saber, e dizer a todos que grande parte dos males que hoje assolam o povo brasileiro foram originados, isso sim, exatamente durante o período da ditadura militar. Se nós temos hoje, tráfico de influência, paternalismo e outras práticas condenáveis nos Parlamentos brasileiros, é preciso, antes de tudo, lembrar que essas práticas se dissimilaram, se consolidaram, exatamente na época da ditadura militar onde os políticos conservadores que davam sustentação àquele regime, ao invés de lutar pelo restabelecimento da democracia, faziam isso, sim, era aproveitar as benesses do Poder, entregando a soberania popular às botas dos militares que estavam de plantão. É preciso lembrar que hoje esse País vive da especulação financeira, especulação essa que foi criada exatamente no tempo do Senhor Delfin Neto, no tempo do Senhor Roberto Campos, quando se introduziu a correção monetária, quando

passaram os grandes capitais a viver às custas do déficit público do Estado, esse círculo vicioso que até agora a República não conseguiu se livrar. Foi no tempo dos militares, Senhores Deputados que as empreiteiras entraram com obras faraônicas. Foi no tempo da ditadura que se formaram as quadrilhas. De onde saiu Sarney que foi o sucessor do último general, saiu da Presidência da Arena que sustentava o regime militar. Quem foi Fernando Collor de Mello, se não um falso líder criado exatamente na estufa da ditadura militar como Prefeito-biônico de Maceió?

Esses são os líderes outorgados ao povo brasileiro e criados pela ditadura militar. O que essa campanha, Senhores Deputados, pretende, na verdade é impedir a marcha da história porque o povo brasileiro já se deu conta de que a Direita nada mais tem a oferecer de saída à grande maioria da população. E a marcha da história, Senhores Deputados, é a vitória de Plutarco, o primeiro Governo democrático e popular neste País. É isto que estão pretendendo impedir porque candidato da Direita não decola, Senhor Paulo Maluf, na terceira via, que mais parece a "Buba" não consegue empolgar o povo brasileiro. E aí sabem eles que, nas urnas, desta vez, o povo vai tomar os destinos em suas mãos. Então, é isso que se está pretendendo impedir neste País.

Convocamos aqui as forças democráticas, as forças progressistas do nosso País para começarem a usar as tribunas, a usar o nosso poder, as nossas prerrogativas, as nossas vozes e nos levantarmos contra esta campanha para que ela não tome corpo e não tome conta dos corações aflitos do povo brasileiro.

Queremos mudança sim, mas jamais o retorno da ditadura!

O que nós precisamos, isto sim, no Brasil é fazer avançar e aprofundar a democracia, resgatando a cidadania para milhões e milhões de brasileiros. Isto sim é o que o povo brasileiro precisa; não a volta de regimes autoritários que massacraram a nossa juventude, ceifaram as lideranças legítimas e autênticas do povo brasileiro.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente e Senhores Deputados. Já desde o ano passado que desta Tribuna fiz pronunciamento em defesa dos produtores de fumo do nosso Estado do Paraná. No ano anterior ao ano passado assisti no Sudoeste do Estado, região em que moro,

os produtores de fumo fazendo fogueira e queimando os seus produtos como protesto pelo aviltamento dos preços da exploração que as indústrias fumageiras vinham fazendo aos produtores de fumo. Gostaria de ter a oportunidade de, na Cidade de Curitiba, Cidade do Deputado Toti Colago, assistir a uma assembléia com mais de quinhentos produtores de fumo da região Sul do Estado do Paraná, reivindicando e protestando contra a política da fumicultura que as empresas fumageiras praticam no nosso Estado. Fiz inclusive, já nesta semana, depois de receber denúncias de que os produtores, após produzirem e terem a felicidade de a produção superar a estimativa das empresas produtoras de fumo terem que ver o seu produto estocado no paiol e as empresas recusando a compra porque o produto havia superado a estimativa e requerimento nesta Casa enviado ao Ministério da Agricultura e também à Secretaria do nosso Estado solicitando a intervenção do Secretário Osmar Dias e do Ministro da Agricultura na questão técnica dos Municípios. Elaboramos também um projeto que está em tramitação nesta Casa para regulamentar a comercialização e a produção de fumo em nosso Estado. É a maior. E se eu voltar. Esta nossa preocupação e essas denúncias vieram ontem a se afirmar e confirmar quando se realizou nesta Casa de Leis, no Plenarinho desta Assembléia, um grande evento ontem, envolvendo os três Estados do Sul do Brasil - Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná - sobre a questão da produção de fumo na região Sul do Estado. É sabido que os três Estados do Sul produzem mais de 90% da produção de fumo do nosso País. Havia algumas pessoas aqui. Ontem, com a presença do nosso Presidente da Assembléia, Deputado Orlando Pessuti; com a presença do Deputado Severino Félix, Presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa; com apoio da Comissão de Agricultura e do Bloco Agropecuário nós realizamos, no Plenarinho da Assembléia, uma reunião importante com a presença das Comissões de Agricultura dos três Estados, estando aqui Deputado Mário Limberg, Lidley Santana do Rio Grande do Sul, Deputado Afonso Espanhol, João Mattos de Santa Catarina e este Deputado, juntamente com o Deputado Severino Félix, Toti Colago, Deputado Neivo, participamos pelo Paraná nessa discussão, onde estava presente a Comissão de Agricultura dos Deputados, para discutir a problemática da produção de fumo no Sul do País. Surteu-se. As entidades diversas que estavam presentes, Sindicato dos Trabalhadores da Produção de Fumo do Rio Grande do Sul, sindicatos do nosso Estado a Federação da Agricultura, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Representantes da Secretaria

ria da Agricultura do Paraná, como outras entidades, bem como representantes ou melhor produtores de fumo do nosso Estado, discutimos a pauta que vinha sendo já discutida pelos produtores em outras regiões de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Os encaminhamentos desta reunião se deram no sentido de encaminhar, diante da gravidade dos fatos, uma audiência que hoje estará sendo gerenciada pela Deputada Luci em Brasília com o Ministério da Agricultura, Ministério da Indústria e Comércio e também o Ministério da Justiça, para reivindicar e denunciar a exploração que vem sendo feita aos produtores dos Estados do Sul.

As empresas fumageiras, Senhor Presidente, Senhores Deputados têm a ousadia de incentivar a produção de fumo e depois recusar o excesso de produção e dizer que não podem comprar porque o fumo, a exportação diminuiu e os Países da Europa estão diminuindo o consumo e o produtor que investiu, recebeu inclusive incentivos de investimentos da própria empresa, vê-se com o seu produto estocado, sem ter alguém que compre e inclusive, depois de toda a produção e a safra ele fica devendo para a empresa como um agricultor denunciou no Plenarinho desta Assembléia, que após toda produção e a safra entregue à empresa fumageira ele ficou devendo 55 milhões de cruzeiros e não tem o mínimo de possibilidade de realizar esse pagamento.

Outro agricultor nos denunciou ontem mesmo, que após a entrega de toda produção teve que vender três vacas de leite que ele tinha no seu potreiro, para poder pagar o saldo da dívida para a empresa fumageira.

Absurdos que fazem o agricultor trabalhar a safra toda e no final da safra ficar devendo para a empresa que o incentivou a produzir e que muitas vezes ele levou o produto os insumos sem mesmo o agricultor ter feito o pedido desse produto a empresa que fornece os produtos para ele.

A reivindicação que será levada ao Ministério da Agricultura e também esta denúncia ao Ministério da Justiça são as seguintes:

A revisão e a anulação dos contratos feitos sob pressão dos agricultores com as empresas, já agora neste prazo praticamente antes do início da semeadura da semente de fumo.

A reposição de 35% de perdas para cobrir estas perdas que os produtores tiveram nesta última safra.

A revisão das portarias 875/78 e 309/80 que o Ministério da Agricultura através dessas portarias faz a classificação dos fumos e aqui há um dado interessante, as empresas fumageiras querem também a anulação das portarias, mas para au-

mentar de 48 para 120 classes a classificação do fumo após a colheita.

Os produtores querem a revisão das Portarias, ao contrário, para diminuir de 48 para 20, no máximo, classificação do fumo, para que seja entregue à empresa. E o nó desta questão é o seguinte: o produtor faz a classificação do produto, em 40 classes, lá no seu galpão, para nem receber um pagamento por este trabalho prestado à empresa fumageira.

Esta denúncia e esta reivindicação estão sendo feitas. E se solicita a discussão deste problema com o Ministério da Agricultura, de uma nova formulação destas Portarias, na classificação do produto.

Há reivindicação, também, de câmara setorial de negociação, onde serão discutidos e negociados junto ao Ministério de Indústria e Comércio, para que as empresas não imponham a sua vontade à política fumageira e os produtores tenham que se submeter aos interesses das grandes empresas produtoras adquirentes do fumo, em folha, após a produção que o agricultor faz na sua propriedade.

Uma seguinte reivindicação é a fixação dos preços antes mesmo do plantio da safra seguinte, para que o produtor possa ter clareza e não tenha que se submeter à política que a empresa desejar no momento da aquisição do fumo.

O seguinte ponto da reivindicação é a equiparação dos preços do adubo e dos insumos ao preço de mercado. A empresa fumageira mantém um monopólio do fornecimento dos insumos e venenos aos produtores de fumo, mas o seu preço, o produtor nem fica sabendo qual é, porque a empresa leva por sua própria conta. Ontem mesmo, um produtor nos denunciou, na reunião, de que um produto que a empresa lhe entregou a 31 mil cruzeiros o saco, o comércio da cidade vendia a 8 mil cruzeiros. Então, é um roubo oficializado que os produtores de fumo não querem e não podem se submeter. E, por isso exigem que os preços dos insumos fornecidos, porque a empresa faz a integração e ela administra o fornecimento dos insumos e dos venenos aos fumicultores, sejam comparados ao preço de mercado.

E, por último, a reivindicação de que a classificação e a pesagem do fumo seja feita na propriedade do produtor. Hoje, a empresa vai lá, recolhe o fumo, leva para seus armazéns e depósitos e o agricultor só fica sabendo do preço, da classificação e do peso do seu produto quando ele recebe a nota com o cheque para o pagamento. Há exigência de que seja pesado, este produto, no galpão do produtor, na sua propriedade, que ele tenha o direito de acompanhar a pesagem e receber, ali, o protocolo ou o ticket, com a pesagem do seu produto na hora da entrega, quando ele pode confe-

rir esta paisagem.

São reivindicações que os produtores de fumo estão fazendo. E nós esperamos que até o dia sete do mês que vem seja realizada esta audiência com os ministérios respectivos, e também com a presença do Ministério da Justiça, para denunciar o que se entende como um roubo descarado dos produtores, que indefesos e sem conhecimento das próprias legislações, são manipulados e se submetem à pressão e à exploração destas empresas.

O nosso Estado é um dos grandes contribuintes para esta produção, quase que totalmente do País, nos três Estados do Sul, nós por isso apresentamos nesta Casa e está em tramitação, um projeto de lei que regulamenta estas questões. E, esperamos que as comissões de agricultura dos três Estados do Sul do País, mencionados anteriormente e que antes estiveram presentes neste Encontro, a nossa comissão esteve representada por Deputados e pelo Presidente da Assembléia, o encaminhamento de que através da comissão de agricultura, na semana que vem, nós estaremos representando os produtores ou o Poder Legislativo do Paraná, o Poder Institucional, juntamente com as entidades representativas dos produtores, nesta reunião com o Ministério. Para concluir, Senhor Presidente.

Para se dar um basta a essas injustiças que se cometem ao homem do campo, aquele que se submete muitas vezes aos interesses das grandes empresas, ou dos monopólios, e que as vezes é incentivado, como nesse caso, a produzir e depois tem que jogar o seu produto fora, ou deixar no galpão apodrecer porque as empresas se dão ao luxo de recusar depois de fornecer a ele os insumos, a semente, a assistência técnica se dão ao luxo, de recusar a aquisição do produto, que só ela pode adquirir porque é a empresa que trata, que trabalha com a área da questão da fumiicultura. Esperamos que esta Assembléia a semana que vem possa representar o Poder Legislativo do Paraná junto com as comissões do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para negociar, diminuir essas injustiças que se faz aos produtores do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Passuti) - No Grande Expediente a palavra com o Deputado Júlio Bifon.

O SR. JÚLIO BIFON - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Emilia Belinati. Gostaria de falar sobre um tema, talvez não de muita importância para muitos Deputados aqui presentes, mas de suma importância para mim. Gostaria de falar da minha Cidade, de Sarandi, e gostaria de comparar Sarandi com outras cidades paranaenses, e se

Curitiba, terça, em 29.06.93

me permitem começava falando de Irati, é uma grande cidade administrada por Toti Colaço, e hoje Deputado Estadual aqui presente, e que apesar de tão bela cidade, mesmo assim é menor que Sarandi. Gostaria de ir lá para o Norte de dizer de Assaí, cidade que teve a rara felicidade em receber um nortista como Prefeito da cidade, e hoje Deputado Estadual, Severino Félix mas também Assaí é menor que Sarandi. Do lado de Assaí nós temos a grande Cornélio Procópio, administrada já por Oswaldo Trevisan, também pelo seu próprio filho, este Deputado Estadual por mais de uma vez, grande triburo, grande conhecedor da Bíblia, fala dos mandamentos com rara felicidade, além disso conhece todos os livros do Evangelho; vice-Líder do PMDB, parabéns Oswaldo Trevisan, mas também Cornélio é menor que Sarandi. Gostaria de falar de Corbélia, Cidade do Bona Turra, grande orador aqui nesta Tribuna, e segundo as informações que nós temos passa o final de semana estudando a Constituição Nacional, a Estadual, até a Lei Orgânica dos Municípios, lendo os jornais, revistas; e isso ele tem demonstrado aqui na Assembléia. Parabéns Bona Turra, parabéns Corbélia, mas também Sarandi é maior. E se eu voltasse lá para Rio Negro administrada já por Alceu Swarowski nosso amigo aqui da Assembléia, cujo filho também é Prefeito lá em Rio Negro; mas também Rio Negro não é maior que Sarandi. E se eu for lá para Cianorte, terra do Deputado Dirceu Manfrinato, Partido o qual eu pertencço, o PP; o Mário Bezerra, um dos maiores oposicionista desta Casa, verificamos que de acordo com a realização do senso, há dois anos atrás Cianorte tinha algumas pessoas a mais que Sarandi; eu espero que se hoje fosse feito um senso Sarandi já deve estar ultrapassando Cianorte. Também se saíssemos de lá e fôssemos para Bituruna, terra do nosso amigo Valdir Rossoni que foi Prefeito, que tem até uma Vila com o nome da sua filha, grande administrador. A prova é que acabou sendo Deputado Estadual eleito com uma votação expressiva, mas também Bituruna é menor que Sarandi. Se eu descesse a Nova Esperança com certeza encontraria o Basílio Zanusso, Deputado eleito por tantas vezes com uma vaga garantida aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, mas também Nova Esperança não é o tamanho da minha cidade. Se eu fosse para Dois Vizinhos, como eu costumo brincar com o Ovídio Constantino de que agora são Três Vizinhos porque aumentou um, mas também Dois Vizinhos não é o mesmo tamanho da minha cidade. Se eu descesse ao lado, em Pitanga, centro do Paraná, Cidade que por algumas vezes foi cidade com a possibilidade de ser a capital do nosso Estado e o grande Líder do Governo, Depu-

tado Renato Adur, o grande Líder também do PMDB - Renato Adur, de Pitanga, mas também Pitanga não é o mesmo tamanho da minha cidade. Se eu chegasse em Ivaiporã, uma das cidades mais bem representadas nesta Casa de Leis, começando pelo nosso Presidente, extraordinário Presidente - Orlando Pessuti, o "Pessutão", como nós o tratamos com muito carinho. Também terra de Paulo Maia, grande orador e grande tribuno, fazendo reuniões por todo esse Estado do Paraná com professores, lutando em prol desta classe menos favorecida. Mas também Ivaiporã é menor que Sarandi. Se eu chegasse ali do lado em Grandes Rios, encontrava Edson Lino - o parceiro do Costenaro na divisão dos votos e que graças a essas divisões, os dois chegaram a esta Casa de Leis, mas nenhuma das duas cidades - tanto Jandaia como Grandes Rios é maior do que Sarandi.

Eu gostaria agora de fazer o relacionamento de outros Deputados que, esses sim, tiveram a felicidade de ter voto em outras cidades. Começaria por Ponta Grossa a Cidade mais bem representada nesta Casa de Leis, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Nada menos do que quatro Deputados Estaduais. O Zuk que já foi Prefeito de Ponta Grossa é Deputado Estadual - grande tribuno; Dalton Machuca, jovem Deputado de Ponta Grossa; Plauto Miró também jovem Deputado de Ponta Grossa e Djalma de Almeida César, Deputado por Ponta Grossa tantas vezes e ex-Secretário de Estado com uma vaga garantida na Assembléia.

Se verificássemos os Campos Gerais com Irati e com Castro. O Domingos em Castro. O Dr. Domingos - se me permita chamar assim - que leva seus apetrechos nas festinhas e lá mesmo ele vai consultando e dando receita para os seus eleitores. Campos Gerais é uma das regiões mais bem representadas nesta Casa de Leis. Além de Londrina, cuja presença aqui na Assembléia da Emilia Belinati é de muita alegria "uma rosa" entre os Deputados de nossa Região, duas vezes primeira dama da cidade, junto com Luiz Carlos Alborghetti, uma máquina de fazer votos no Estado do Paraná representam a grande Cidade de Londrina, a segunda maior do nosso Estado e a terceira maior do Sul do País perdendo só para Curitiba e Porto Alegre.

Mas ainda se verificasse - Guarapuava, uma das grandes Cidades da nossa Região, tão bem representada pelo Deputado aqui presente, cujo Poder Executivo já exerceu como vice-Prefeito e hoje representa esse Legislativo com muita alegria e com muita satisfação. Do lado do Fregonese lá de Paranaquá que todas às vezes que usa a tribuna usa com muita firmeza, com muito caráter, com muita segurança.

Gostaria ainda de falar do João Tensen, Deputado Estadual que representa particularmente os evangélicos do Estado do Paraná, de Curitiba e região, que, com muito carinho trata os evangélicos. E, conversando com Erondy Silvério, um dos grandes Deputados, que tem vaga garantida na Assembléia, particularmente representando Curitiba e região. Não poderia deixar passar despercebida Marechal Cândido Rondon, uma grande Cidade do sudoeste, representada pelo Élio Rusch, um dos grandes entusiastas da divisão do ICMS da Itaipu e dos Municípios limítrofes e que naquele dia quase chorava no seu pronunciamento, quando os municípios não foram contemplados com o ICMS da ITAIPU BINACIONAL. Parabéns Élio Rusch, parabéns Mal. Cândido Rondon, mas é menor que Sarandi também. Se voltasse para Maringá, terceira Cidade do Estado do Paraná encontro os meus colegas de Maringá, João Preis e José Alves, aqui presentes, Deputados autênticos que, juntamente comigo, procuram trabalhar, representando a nossa região e muitos outros Deputados que não estão aqui presentes, nesse instante do meu pronunciamento, mas que já estiveram agora de manhã, como Troian, de Nova Londrina, como outros Deputados que passaram por esta Casa, Ernani Pudell de Cascavel, aqui presente, ex-candidato a Prefeito e quase elevou em Cascavel a sua votação, como o Dr. Rosinha, de Curitiba também teve muitos votos no PT, esse Partido que eles lutam de corpo e alma para representá-lo a nível nacional e estadual. Como Algaci Túlio, de Curitiba, vice-Prefeito de Curitiba e hoje Deputado Estadual, que defende com unhas e dentes a candidatura do seu Governo do Estado do Paraná.

É com muita alegria, companheiros e Srs. Deputados que encerro este pronunciamento, desejando, nesse recesso que se aproxima, os maiores votos de felicidades a todos os meus companheiros, Senhores Deputados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças, a palavra está com o PMDB - Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pediu-me S. Exa. o Governador do Estado, tendo encaminhado hoje pela manhã, a leitura da tribuna da Assembléia, do texto que será publicado nesta semana, em todos os principais jornais do Estado do Paraná, intitulado: "Seguradora Gralha Azul entra no Mercado".

Tendo lido e tendo considerado um passo importante no sentido de conferir dis-

ciplina e resguardar interesses públicos do Banco do Estado do Paraná, passo a fazer a leitura do texto que me foi encaminhado:

"Antes mesmo de assumir o Governo do Estado do Paraná, já denunciava irregularidades na Paraná Companhia de Seguros, onde o Estado participava, através do BANESTADO, em sociedade com o BAMERINDUS e o grupo alemão Colônia/Nordstern. Intenso trabalho foi realizado no levantamento das denúncias, inclusive com trabalho complementar de consultoria executado pela KPMG Peat, Marwick Dreyfuss, empresa contratada pelo sócio alemão.

Enfim, em 30 de janeiro de 1992, foram apresentadas as conclusões à Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Paraná.

O Acordo de Acionistas da Paraná Companhia de Seguros, vigente desde 02 de janeiro de 1990, foi quase integralmente descumprido pelo sócio BAMERINDUS, que, utilizando seu poder de sócio controlador (inside control), usou e abusou dos recursos gerados pelo BANESTADO para alavancar seus outros negócios. O cerceamento das informações foi tão grande que até hoje, apesar das denúncias, não se conhece a qualidade da produção que BAMERINDUS aporta à Paraná Seguros. Esse cerceamento se estende aos investimentos da Paraná nas empresas do BAMERINDUS, em montante quase igual ao seu patrimônio (mais de 90%), sem o retorno mínimo de dividendos que os justificasse, de vez que as empresas intermediárias ATALAIA e FLÓRIDA (gerenciadas pelo Senador) não repassavam, de fato, tais recursos, ao revés, os aplicavam em empresas do BAMERINDUS e do Senador. Destaque-se ainda o desvio do poder, o descumprimento do dever de lealdade, o conflito de interesses, a inobservância do dever de informar e o abuso de poder, itens devidamente fundamentados no expediente formal da denúncia.

Acrescente-se também que de janeiro de 1990 a maio de 1993 o acionista BANESTADO produziu um superávit de US\$ 9,9 milhões, enquanto os acionistas BAMERINDUS e Colônia/Nordstern tiveram déficit de produção de US\$ 2,0 milhões e US\$ 7,9 milhões, respectivamente. É oportuno esclarecer que o BAMERINDUS simplesmente repassa seguros de suas empresas para a Paraná Seguradora através de cosseguros (de qualidade duvidosa, pela falta de informações), e a Colônia/Nordstern tão somente administra a Sucursal de São Paulo. Vale dizer que apenas o acionista BANESTADO tem grande produção diretamente à Companhia em seus pontos de venda, com superávits consideráveis ao longo do tempo e de qualidade inquestionável.

Este conjunto de irregularidades possibilitou ao Estado do Paraná, através do

BANESTADO, em notificações datadas de 18 de junho de 1993, e apresentadas aos acionistas da Paraná Seguros na semana próxima passada, denunciar e renunciar ao Acordo de Acionistas, considerando-o rompido e desprovido de quaisquer efeitos. É chegado o momento de retirar a carga imposta pelo poder BAMERINDUS ao BANCO DO ESTADO DO PARANÁ. Basta de imoralidades e de espoliações ao Poder Público. Que o Paraná agora acompanhe o tratamento que será dado ao seu patrimônio, enterrado numa sociedade perversa aos seus interesses. Que algum vestígio de moral existente no conglomerado do Senador possibilite, efetivamente, reintegrar ao povo do Paraná o que lhe foi tomado.

Entretanto, surge agora no mercado uma seguradora que será o exemplo de empresa bem administrada e que tratará o segurado com o respeito que ele merece: a Companhia de Seguros Gralha Azul. Uma combinação harmoniosa entre o Poder Público, através do BANESTADO, os funcionários da instituição e a iniciativa privada, representada pela notória experiência da Sul América Seguros.

A Gralha Azul passa a ser o sonho conquistado do povo paranaense e primará pela qualidade na prestação dos seus serviços, de forma moderna, eficiente, ágil, enxuta pela minimização de custos, sem esquecer o necessário e legítimo lucro. A Gralha Azul deverá ser como a ave que lhe emprestou o nome: o espírito da previdência, ao enterrar o pinhão para alimentar-se depois.

A Companhia de Seguros Gralha Azul deverá utilizar o instituto do seguro para disseminar a tranquilidade entre seus segurados e alavancar programas sociais (seguros saúde e agrícola, previdência privada e eventuais plus de inerentes prestações de serviços à sociedade), mediante o engajamento de outras instituições.

A consequência natural das denúncias antes descritas, aliadas à efetiva estruturação da Gralha Azul, inclusive para ramos alimentares, não pode ser outra a não ser o bloqueio das agências BANESTADO na produção de seguros à Paraná Seguradora, a partir de 1º de julho deste ano, posto que estamos desobrigados, pelo direito positivo e também pela ética e pela moral, de prosseguirmos cumprindo o que doravante não mais nos obrigamos, em razão da rescisão unilateral promovida pelo Estado do Paraná, do descumprido acordo, que, aliás, sempre vigorou por tempo indeterminado.

Ao povo do Paraná, à instituição BANESTADO e também à acionista privada cabem agora zelar diuturnamente pela perenidade da nova instituição seguradora; isto porque, parafraseando Antoine de Rivarol (1753-1801) - "O Governo é o rio que passa, o tempo é a margem" - nesta hipótese

representada pelo povo e por suas legítimas instituições. No Paraná o Brasil está dando certo.

ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado"

A notícia, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de formal e solene rescisão pelo Estado do Paraná através do Banco do Estado do Paraná com um contrato lesivo aos interesses do Banco do Estado e a sociedade paranaense. Enfim, de se esperar que a Procuradoria Geral de Justiça do Estado, bem como a alta magistratura do Paraná possam após a formal e solene rescisão entre Banco do Estado, Paraná Seguros e BAMERINDUS, apurar responsabilidades sobre todos os golpes praticados contra os interesses públicos e contra o Banco do Estado do Paraná.

É a informação e a notícia Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra Liderança do PSDB. (Declina).

Consulto o Bloco Parlamentar Independente. (Declina).

Consulto o PTB. Com a palavra o Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou torcendo para que a seguradora trabalhe com competência.

Uso a palavra para anunciar que estou entrando com dois requerimentos de pedido de informações o Governo do Paraná.

O primeiro requer Comissão Especial formada por sete membros pelo prazo de noventa dias para o fim especial de acompanhar as propostas e estudos e possíveis soluções que dizem respeito ao problema de calagem do Porto de Paranaguá. Gostaríamos de contar com a aprovação do Plenário para que possamos de vez buscar a verdade sobre o problema da calagem tão ventilada pela imprensa do Paraná e que tantos prejuízos está trazendo nos últimos dias a este que já foi o melhor porto do Brasil.

O segundo requerimento, estou requerendo informações da Secretaria de Comunicação Social referente gastos do BANESTADO para publicação de balanço. É o seguinte o teor do meu requerimento:

"Primeiro, que a Secretaria de Comunicação Social especifique quais os serviços prestados pela agência Interamericana Propaganda Ltda, faturados contra o Banco do Estado do Paraná S/A pelas notas fiscais n°s 216 e 219 daquela agência no valor respectivo de Cr\$ 18.527.242,87 e Cr\$ 92.814.357,60 nas datas de emissão de 12 e 14 de maio de 1992.

Em que datas foram efetuados tais pa-

gamentos? Fornecer o líquido recebido pela agência Interamericana e qual agência do BANESTADO foi efetuado o pagamento ou depositado em conta. Especificar a que se refere a nota fiscal n° 233 emitida em 13.07.92 pela Interamericana Propaganda Ltda fornecendo o valor pago, a data de pagamento, a agência onde foi pago.

Todas as informações, esclarecimentos sejam demonstrados com cópias autênticas dos documentos referidos e dos trabalhos prestados pela referida agência Interamericana.

Qual foi o total de pagamentos efetuados pela Secretaria de Comunicação Social ou por ela autorizado pelo exercício de 92 para agência Interamericana.

Parte da Justificativa:

"Avolumam-se as denúncias de irregularidades na Secretaria de Comunicação Social do Governo do Senhor Roberto Requião. Recentemente por denúncia da Folha de São Paulo caiu o ex-Secretário Roberto Krigger ao confessar publicamente à opinião pública nacional que no Paraná não se faz licitação para as despesas com publicidade e propaganda do Governo do Estado".

Somente em 92, conforme já citamos nessa Tribuna, gastaram-se mais de 17 milhões de dólares sem uma só e única concorrência pública. Por curiosidade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu fiz um levantamento baseado nas despesas de 1991, porque nós não temos outras, o Governo gastou mais de um trilhão e quinhentos bilhões de cruzeiros dos cofres públicos em propaganda sem licitação pública. Esta formidável soma, Senhor Presidente, Senhores Deputados, foi distribuída a bel prazer do Governo Requião. Muito embora não só as constituições federal e estadual exijam a licitação, mas uma legislação específica e incrivelmente até o Decreto 700/91 do próprio Governo, exige a concorrência para aplicação das verbas com publicidade. Sabe-se, por outro lado, Senhores e Senhora Deputada, que em vários casos a justiça já tirou do ar propaganda de caráter meramente pessoal do candidato Roberto Requião, basta ligar a TV e se perceberá que o dinheiro gasto não é na conformidade institucional para promover a coisa pública, mas sim, tendenciosamente para destacar a pessoa física do Senhor Governador, já intitulado candidato à Presidência da República.

O presente pedido de informações, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é para conferir de público e mostrar ao povo do Paraná como está sendo gasto o seu dinheiro, não só para promover o Governador. Tem com esse pedido de informações o Governo do Senhor Roberto Requião a oportunidade de provar que não há proteção para seu amigo Fábio Campana, dono da Agência

Interamericana de Propaganda.

Infelizmente o Governo do Paraná usa e abusa dos recursos públicos sem promover as devidas licitações. Eu tenho aqui a cópia da Nota Fiscal, e estou pedindo informações sobre as despesas, ou seja, os recursos que ele recebeu da Secretaria. A Nota Fiscal nº 216 que trata aqui, campanha balanço, para publicação de balanço: Cr\$ 18.527.000,00. Apenas intermediou, pegou o papel aqui e levou ali e levou 18 milhões. Isso foi em maio de 1992. A Nota 219, anúncio balanço: Cr\$ 92.814.357,60, para balanço, pega aqui o balanço leva ali, intermediando levou quase cem milhões de cruzeiros em maio de 1992. E, Cr\$ 5.127.527,00 em julho de 1992, campanha Bom Emprego Agroindustrial. Sinceramente, eu assisto televisão e não vi nenhuma promoção nesse sentido.

Estou pedindo informações, Senhor Presidente, e conto com o respaldo nessa nobre Casa para a verdadeira transparência do Governo do Estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Liderança do PFL. Declina.

Liderança do PP.

Com a palavra o Deputado Toti Colaço, mediante permissão do Deputado Nilton Barbosa.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores e Senhores Deputados, primeiramente quero agradecer o Deputado Nilton Barbosa de me ceder o Horário do PP.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu gostaria apenas e rapidamente repassar algumas informações aos componentes do Bloco Municipalista aqui desta Casa de Leis.

Nós tivemos algumas reuniões durante esse último mês que eu tenho participado como representante do Bloco em diversas reuniões que já se realizaram através da Associação dos Municípios do Paraná, como também, acompanhando o Presidente Orlando Pessuti através do bloco Agropecuário, onde o Deputado Ovídio Constantino já esclareceu, colocou a todos nós as informações que eram de interesse do Paraná.

Ontem, no início da noite, eu tive um encontro com os assessores técnicos da Associação dos Municípios do Paraná. Eu queria aqui alertar, inclusive aos Senhores Deputados, para que nesse início de recesso possam alertar aos Senhores Prefeitos no que diz respeito ao índice de ICMS. Agora no mês de julho os municípios estarão com índices provisórios e o prazo vai até 30 de julho, no final do mês, para que os municípios possam contestar, impugnar ou entrar com recursos no que diz respeito ao índice que vai ser aplicado definitiva-

Curitiba, terça, em 29.06.93

mente a partir do mês de agosto.

Então, seria importante que os representantes, os membros do Bloco Municipalista e os demais Parlamentares alertassem aos Senhores Prefeitos porque há uma gritaria geral, praticamente de todos os municípios, principalmente os pequenos e médios, aonde a arrecadação com ICMS vem caindo mês a mês e, conseqüentemente também, o Fundo de Participação dos Municípios.

Então, no mês de julho, no final do mês, encerra-se o prazo para recursos. No mês de agosto, a Secretaria da Fazenda estará analisando todos os recursos que, com certeza, os municípios haverão de dar entrada através da Associação dos Municípios do Paraná.

Eu queria também repassar mais algumas informações.

Na sexta-feira agora acontecerá também uma importante reunião com todos os presidentes das Associações dos Municípios do Paraná, liderada pelo Prefeito Luiz Amaral, que é o Presidente da AMP, na sede da Associação, onde vai-se discutir a problemática do ICMS e do Fundo de Participação.

No dia 05 de agosto o nosso Bloco estará reunido no Plenarinho da Assembléia, possivelmente com a presença do Secretário Doutor Heron Arzua, no momento exato em que os técnicos e a própria Secretaria estarão analisando os recursos que, com certeza, os municípios vão ter entrado na Secretaria da Fazenda, questionando, principalmente, os índices definitivos do ICMS.

Então, fica, desde já, um convite a todos os membros do Bloco Municipalista para que no dia 05 de agosto compareçam, estou avisando com muita antecedência, para que no dia nós estejamos presentes porque os presidentes das microrregiões vão ser convidados.

Eu gostaria de fazer um agradecimento aqui também ao Deputado Orlando Pessuti, nosso Eminentíssimo Presidente, que, depois de uma humorada conversa que não demorou mais do que cinco minutos, cedeu ao Bloco Municipalista uma sala. Nós vamos nos alojar na sala número sete onde está instalado o Bloco Agropecuário. Gostaria de agradecer também porque colocou à disposição do Bloco Municipalista um dos mais competentes técnicos administrativos do Estado do Paraná, o Professor Nildo Lupk, que estará à nossa disposição, inclusive com uma secretária, telefone e uma máquina de escrever.

Então, a partir do mês de agosto o bloco nosso já tem um local próprio de reuniões, de contatos e, principalmente, para os ex-prefeitos, vice-prefeitos e futuros prefeitos.

Este Bloco nosso tem realizado um trabalho, mesmo no anonimato, mas de grande

interesse para os municípios do Paraná.

Nós estamos elaborando agora no mês de julho uma grande programação a partir de 05 de agosto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Liderança do PL. (Declina)

Encerrado o Horário das Lideranças, passaremos à

ORDEM DO DIA

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a Mesa, Ofício n° 130/93-O.E., subscrito pelo Senhor Relator Des. Luiz Perrotti, encaminhando cópia do Acórdão n° 1757-O.E., proferido nos autos de Mandado de Segurança n° 12.483-O de Curitiba. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em n° de 2 (dois) de autoria do Senhor Deputado Costenaro Neto, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 257/92, de autoria dos Deputados Ovídio Constantino, Lygia Puppato e Dr. Rosinha, autoriza a criação de Delegacia da Mulher em município paranaense e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.S.P.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo. Emenda - Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI N° 257/92

P A R E C E R:

A emenda ao Projeto de Lei n° 257/92, de autoria dos nobres companheiros integrantes da bancada do Partido dos Trabalhadores, visa a adequar o texto à Consti-

tuição Federal no que concerne à concessão de autorização ao Poder Executivo Estadual para a instalação de Delegacias da Mulher em municípios paranaenses e dá outras providências referentes à implementação da política de ação preventiva a violência contra a condição feminina.

Louvando a iniciativa que pretende instituir um atendimento multidisciplinar transcendendo à usual prestação dos serviços pelas Delegacias, em medida que se posta moderna e necessária, não encontramos, nos termos estritos da competência firmada a esta Comissão de Constituição e Justiça, qualquer óbice à normal tramitação da emenda ao Projeto de Lei em questão e sua aprovação pelo Plenário desta Assembléia Legislativa.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

Paulo Maia - Relator

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 395/92, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, autoriza o DETRAN a proceder o licenciamento a deficientes físicos, de veículos adaptados com aparelhos aprovados pelo CONTRAN. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo. Emenda - Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 395/92

P A R E C E R:

Analisando o presente projeto de lei no que diz respeito aos seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices à sua tramitação até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Portanto, recebe desta Comissão de Constituição e Justiça parecer favorável. É o relatório.

Sala das Comissões, em

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 018/93, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, estipula o horário de realização dos concursos vestibulares de admissão, nas Faculdades e Universidades Estaduais. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo. Emenda - Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA N° 01 AO PROJETO DE LEI N° 18/93

P A R E C E R:

A Emenda n° 01 ao Projeto de Lei n°

18/93 visa a excetuar a Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão do horário vespertino para realização de suas provas vestibulares, acontecendo estas em horário noturno.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça, não existem óbices regimentais, legais ou constitucionais à normal tramitação da emenda e sua apreciação pelo Plenário.

Salvo Melhor Juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 073/93, de autoria do Deputado Domingos Carvalho, institui o Dia Estadual do Resgate das Crianças Desaparecidas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 073/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Ilustre Deputado Domingos Carvalho, tem por finalidade instituir o Dia Estadual do Resgate das Crianças Desaparecidas.

No âmbito desta Comissão Técnica, não existe qualquer óbice de natureza constitucional, legal ou regimental à sua tramitação.

Sendo assim, opinamos pelo parecer favorável, na forma da Emenda Modificativa apresentada em Plenário, ao referido projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

Aprovado o Projeto, artigo por artigo.
Emenda - Aprovada.

O SR. ALGACI TÚLIO - Só para esclarecer, nós entramos com esta emenda ao projeto do Deputado Domingos Carvalho e dizendo o porquê da data de 30 de junho como Dia Estadual do Resgate das Crianças Desaparecidas. É porque nesta data, exatamente, retornou ao país, por enquanto, a única criança que foi seqüestrada aqui em Curitiba, a garota Bruna, e que num trabalho realmente extraordinário, no qual nós também tivemos uma participação e toda a imprensa do Paraná participou, conseguimos trazer de volta esta criança.

Por isso, em homenagem ao fato do retorno da Bruna ao Brasil é que nós entramos com a emenda ao projeto do Deputado Domingos Carvalho, colocando esta data do dia 30 de junho como o dia do resgate.

Muito obrigado.

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 119/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, requer a doação dos terrenos, pertencentes ao Estado do Paraná, lotes n°s 01 a 08, quadra A-2, Zona Armazém, para o Município de Umuarama/Pr. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 119/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, o Projeto de Lei n° 119/93, ora sendo analisado por este relator, requer a doação dos terrenos de n°s 1 a 8, da quadra 2, Zona Armazém, para o Município de Umuarama, Estado do Paraná.

Foi apresentada Emenda Aditiva ao Projeto de Lei ora em pauta, acrescentado ao seu art. 1°... Estado do Paraná, para construção da Central Municipal de Saúde.

Na mesma Emenda Aditiva, foi acrescentado ao art. 1°, um parágrafo único, com o seguinte teor: O imóvel, objeto da doação concernente ao "caput", será exclusivamente utilizado para construção da Central Municipal de Saúde, ficando gravado com cláusulas de inalienabilidade e reversão automática ao patrimônio do Estado, caso lhe seja dada destinação diversa.

Como resultado do exame proferido, nada foi encontrado de irregular sob o aspecto legal, regimental ou constitucional, fatos estes que levam este relator a emitir parecer favorável, na forma da Emenda Aditiva apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

Em votação o Projeto.

O SR. NILTON BARBOSA (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, a Emenda dos companheiros da Bancada Trabalhista, Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, vincula esta doação para que tão somente seja usada a construção nos lotes que vão ser doados ao município, para a central de saúde.

É de conhecimento do Doutor Rosinha que com a municipalização da saúde, consequentemente agora com a extinção do INAMPS, sobra área na Cidade de Umuarama, e sabe disso o nosso companheiro Deputado Nelson Garcia.

Eu queria a compreensão dos companheiros do PT para que não aprovássemos a Emenda, porque talvez em dias outros não serão necessárias aquelas instalações tão somente para a área da saúde. Talvez possa vir o município ter necessidades outras

para uso, porque sobrará área com a municipalização da saúde e a Prefeitura poderá fazer uso desta área a outras instituições.

Por isso, se concordam os companheiros do PT, eu pediria aos companheiros que derrubássemos a Emenda e votássemos o nosso Projeto sem a devida emenda.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o Projeto.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Florisvaldo Fier.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente.

A razão de a Bancada ter formulado a presente Emenda foi que o nobre Deputado Nilton Barbosa coloca na justificativa as razões da doação. Aachamos que a justificativa não é uma lei. Por isto, foi esta questão de incorporar no projeto de lei aquilo que estava na justificativa. E a própria legislação existente manda, hoje, que quando doado um terreno, se não for usado para o fim específico, deve retornar para o patrimônio do Estado ou para o seu antigo dono.

Ocorre que aí não está especificado qual será o uso. E aí não tem como o Estado, se por acaso desvirtuar a razão, ter de volta este terreno.

Não somos contra - queremos deixar bem claro - a doação. Acho que poderíamos discutir, então, o que seria usado para a área de saúde, especificar claramente e clarear na lei a metragem, as especificidades, porque senão este terreno poderá não ser usado para isso e ficará para o município.

Não sei se o Deputado tiraria, por uma Sessão, conversariamos, e estamos dispostos a este acordo. Não há problema.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Na verdade este terreno já foi doado do município para o Estado. Só que na época da doação, não foi feito este artigo da lei, que voltaria ao município. Então, hoje o Estado está voltando ao município. Mas, nada impede. Gostaria que se houvesse a compreensão da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que votássemos a Emenda. mas, nada altera, porque se também não for usado para a área da saúde, a própria Prefeitura pode fazer o uso de outra forma. Não há porquê não votar. Acho que poderíamos votar sem a Emenda, porque já foi uma doação do município para o Estado, e hoje o Estado quer retornar ao Município. Até nem existe razão, para a área que sobra do Município, por parte dos prédios da República, no caso do antigo INAMPS, e pelo próprio Estado, com a municipalização da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o Projeto, ressalvada a Emenda. O Projeto está aprovado por unanimidade.

Em votação a emenda. Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Rejeitada a Emenda.

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 176/93, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, autoriza o Poder Executivo a doar um imóvel ao município de Matinhos, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 176/93

P A R E C E R:

Apreciando as Emendas, de autoria dos Senhores Deputados Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Ovídio José Constantino, apostas ao Projeto de Lei n° 176/93, manifesto-me pela aprovação das mesmas, tendo em vista que têm por objetivo corrigir e completar a referida proposição que possui o caráter de autorizar o Poder Executivo Estadual a doar imóvel ao Município de Matinhos.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 22.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

Está em votação o Projeto ressalvadas as emendas. Senhores Deputados que aprovam o Projeto permaneçam como estão. **Aprovado.**

Em votação a emenda de Plenário número 01, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Senhores Deputados que aprovam a emenda número 01 permaneçam como estão. **Aprovado.**

Em votação a emenda de Plenário n° 02, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Em votação a emenda n° 03 de Plenário, Deputados Doutor Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino. Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovadas as emendas e o Projeto irá a 3.^a discussão.**

VOTAÇÃO EM:

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 185/93, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, denomina a Cadeia Pública de Ponta Grossa de Cadeia Pública Hildebrando de Souza, localizada no Núcleo Residencial Santa Maria, naquele Município. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.S.P. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado o Projeto, artigo por artigo.**

O Projeto retornará à 3.^a discussão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 185/93
EMENDA MODIFICATIVA

P A R E C E R:

O nobre Deputado Basílio Zanusso apresentou Emenda Modificativa ao Projeto de Lei n° 185/93, acrescentando a palavra "Delegado" no Artigo 1° , denominando a cadeia pública localizada no Núcleo Residencial Santa Maria, em Ponta Grossa, de "Cadeia Pública Delegado Hildebrando de Souza".

De acordo com o Art. 65, da Constituição Estadual e 142, do Regimento Interno, a presente reposição está em condições de ser aprovada.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 22.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 233/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 022/93, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Farol, os lotes que especifica, situados na sede do referido Município e de propriedade do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. ANEXO O PROJETO DE LEI N° 129/93 - AUTOR DEPUTADO TOTI COLAÇO. **Aprovado o Projeto por unanimidade, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 234/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 021/93, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Rolândia, parte do imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 236/93, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos de Jaguariaíva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 252/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 023/93, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 253/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 024/93, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 47.479.795.000,00 (quarenta e sete bilhões, quatrocentos e setenta e nove mi-

lhões, setecentos e noventa e cinco mil cruzeiros), visando atender despesas do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR. (Colégio Estadual do Paraná). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 254/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 025/93, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.737.739.000,00 (dois bilhões, setecentos e trinta e sete milhões, setecentos e trinta e nove mil cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da UNIOESTE, da Escola de Música e Belas Artes do Paraná e da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 255/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 026/93, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.917.266.000,00 (um bilhão, novecentos e dezessete milhões, duzentos e sessenta e seis mil cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho e da Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 277/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 029/93, que objetiva criar na Parte Permanente do Quadro Geral de Pessoal do Poder Executivo, os cargos de provimento efetivo que especifica, para serem utilizados pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 191/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, declara de Utilidade Pública o Expressinho Clube de Futebol, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. n° 56 de 20.05.93).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 191/93

P A R E C E R:

O nobre Parlamentar propõe Projeto de Lei, que visa declarar de Utilidade Pública o "Expressinho Clube de Futebol", com sede e foro nesta Capital.

Analizada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei n° 6.994 de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração

de Utilidade Pública.

Assim sendo, somos de parecer favorável pela aprovação.

Sala das Comissões, em 22.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 213/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, declara de Utilidade Pública a Associação Coro Itálico do Paraná, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 64, 31.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 213/93

P A R E C E R:

De autoria do ilustre parlamentar Deputado Anibal Khury, o Projeto de Lei n° 213/93, ora sendo examinado por este relator, visa declarar de Utilidade Pública a "Associação Coro Itálico do Paraná", com sede e foro nesta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná.

Da análise proferida, constatou-se estar o presente plano de lei, rigorosamente de acordo com o disposto na Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, dispositivo este que traça as normas para que uma entidade possa ser declarada de Utilidade Pública.

Tal fato, leva este relator a emitir o seu parecer favorável à aprovação do plano de lei ora em pauta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 242/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Lupionópolis. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 73, de 07.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 242/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Lupionópolis.

Procedida à análise legal, constitucional e regimental da matéria, constatamos estar de acordo com a Lei n° 6994, de 10.01.78, que dispõe de normas para declaração de Utilidade Pública Estadual.

Somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 22.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 251/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, autoriza o Poder Executivo a ceder para uso dos órgãos e instituições integrantes do Sistema Único de Saúde os bens imóveis e semoventes pertencentes ao Estado do Paraná e ao Instituto de Saúde do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. (Publ. no D.A. n° 75, de 09.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 251/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Orlando Pessuti, o Projeto de Lei n° 251/93, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a ceder para uso dos órgãos e instituições integrantes do Sistema Único de Saúde os bens imóveis, móveis e semoventes pertencentes ao Estado do Paraná e ao Instituto de Saúde do Paraná.

Da análise do referido projeto, uma vez que não encontramos óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

Em Votação:

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O projeto de lei do Presidente da Assembleia Legislativa - Deputado Orlando Pessuti, autoriza ceder para órgãos públicos e além disto mais Conselhos Comunitários e entidades filantrópicas e outras associações civis, afins, declarado de utilidade pública, em qualquer âmbito: bens imóveis, móveis e semoventes pertencentes ao Estado do Paraná.

Nós do Partido dos Trabalhadores, ao analisar o projeto de programa político do Governador Roberto Requião que dá ênfase em todos seus pronunciamentos e mesmo na LDO que amanhã começaremos a votar, se uma de suas prioridades é a saúde, saúde essa que deve ser atendida através do SUS ou do Sistema Único, nós entendemos que a prioridade é pública e todos os móveis e imóveis cedidos para uso, deverá fazê-lo às prefeituras municipais e não a outras entidades que atuam no Sistema de Saúde como complementar ao Sistema. A própria Constituição Brasileira estabelece que a prioridade de investimentos é no serviço público, e, complementarmente, pode atuar junto aos setores, a princípio: por primeiro - filantrópico e em segundo lugar o setor privado.

Portanto, nós do PT, estamos encaminhando contrário porque está cedendo não somente aos órgãos públicos que é a prio-

riedade legal da Constituição, é a prioridade legal das Leis nº 8080 e 8142. E todo o discurso tem sido feito pela administração Roberto Requião.

Então nós encaminhamos contrário por estas razões.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação. APROVADO. Com voto contrário da Bancada do PT.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 278/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/93, aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 1.364.120.000,00 (hum bilhão, trezentos e sessenta e quatro milhões, cento e vinte mil cruzeiros). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Public. no D.A. nº 82, de 22.06.93, Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 278/93

P A R E C E R:

O Poder Executivo apresenta Mensagem de nº 030/93, que visa aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.364.120.000,00 (hum bilhão, trezentos e sessenta e quatro milhões, cento e vinte mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, visando atender despesas de custeio.

Servirá como recurso para a cobertura da referida programação o cancelamento de dotações da Coordenadoria de Indústria e Comércio.

Procedida a análise da matéria, a presente proposição preenche os requisitos constitucionais, legais e regimentais, motivo pelo qual opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
EMILIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 278/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 030/93, tem por finalidade aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.364.120.000,00 (um bilhão, trezentos e sessenta e quatro milhões, cento e vinte mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 280/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/93, aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 761.124.000,00 (setecentos e sessenta e um milhões, cento e vinte e quatro mil cruzeiros). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Public. no D.A. nº 82, de 22.06.93, Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 280/93

P A R E C E R:

Veio a esta Assembléia, Mensagem Governamental sob nº 032/93, que objetiva a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 761.124.000,00 (setecentos e sessenta e um milhões, cento e vinte e quatro mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana, constantes do código orçamentário da Secretaria do Estado da Indústria e Comércio, Ensino Superior, Ciências e Tecnologia.

O valor desse crédito visa atender despesas com energia elétrica, outras despesas com manutenção e aquisição de livros para biblioteca da entidade.

Inexiste óbice de natureza legal, constitucional ou regimental à sua normal tramitação.

Somos de parecer favorável ao encaminhamento deste ao Plenário.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 280/93

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 032/93, o presente Plano de Lei objetiva aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 761.124.000,00 (setecentos e sessenta e um milhões, cento e vinte e quatro mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, conforme específica.

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao aspecto legal, constitucional,

recebendo desta parecer favorável.

Assim, sendo, a que cabe a esta comissão opinar, conforme lhe preceitua o § 3º, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo parecer favorável, igualmente, opinando pela aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NEREU ALVES DE MOURA - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 281/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 033/93, aprova crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 36.848.363.000,00 (trinta e seis bilhões, oitocentos e quarenta e oito milhões, trezentos e sessenta e três mil cruzeiros). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Public. no D.A. nº 82 de 22.06.93, Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 281/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 281/93, de autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental nº 033/93, tem por finalidade aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 36.848.363.000,00 (trinta e seis bilhões, oitocentos e quarenta e oito milhões, trezentos e sessenta e três mil cruzeiros), ao vigente Orçamento Geral do Estado.

Da análise do referido projeto, não encontrando nenhum óbice de natureza constitucional, regimental ou legal, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 281/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 033/93, tem por finalidade aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 36.848.363.000,00 (trinta e seis bilhões, oitocentos e quarenta e oito milhões, trezentos e sessenta e três mil cruzeiros), ao vigente Orçamento Geral do Estado, visando atender despesas decorrentes do processo de informatização das atividades da Administração dos Portos de Paranaíba e Antonina - APPA.

O plano de lei em estudo, em sua parte legal e constitucional, já foi devidamente examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que por seu relator ofe-

receu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do referido projeto de lei neste Poder.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 287/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/93, fica o Poder Executivo autorizado, nos termos da Lei nº 10.331, de 09 de junho de 1993, promover ajustes nas tabelas de vencimentos dos servidores da Administração Direta e Autárquica, e o reajuste geral ao Funcionalismo Estadual no mês de julho de 1993. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. (Public. no D.A. nº 84 de 24.06.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 287/93

P A R E C E R:

Proveniente de Mensagem do Poder Executivo, de nº 34/93, objetiva esta proposição autorizar o Poder Executivo a promover ajustes nas tabelas de vencimentos dos servidores daquele Poder, bem como reajustar, mediante autorização, os níveis de vencimentos do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Apreciados os aspectos a que esta Comissão é chamada a opinar, temos que a matéria é procedente, sob os aspectos da iniciativa, técnica legislativa, juridicidade e legalidade.

Desta forma, somos levados a considerá-la constitucional, opinando favoravelmente à sua tramitação nesta Casa, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 24.06.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO
Presidente e Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 287/93

SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos da Lei nº 10.331, de 09 de junho de 1993, a promover ajustes nas tabelas de vencimentos dos servidores da administração direta e autárquica, cuja implantação será efetuada em até três parcelas iguais, de acordo com a disponibilidade financeira do Tesouro Geral do Estado.

Parágrafo Único - Os reajustes gerais de vencimentos que vierem a ser concedidos ao funcionalismo estadual alcançam, no mesmo percentual e data de vigência, os valores resultantes do ajuste a que alude o "caput" deste artigo.

Art. 2º - Fica, também, o Poder Execu-

tivo autorizado a conceder, no mês de julho de 1993, reajuste geral ao funcionalismo estadual, no limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado nos dois meses anteriores.

Art. 3º - Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a incorporar o abono provisório de que trata a Lei nº 9.701, de 11 de setembro de 1991, aos vencimentos do magistério público estadual de 1º e 2º graus.

Art. 4º - O Poder Executivo fixará, mediante decreto, tabelas de vencimentos relativas à presente lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros nela estabelecidos, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24.06.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO
Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 287/93

P A R E C E R:

A matéria ora em análise por esta Comissão Técnica, oriunda da Mensagem Governamental nº 034/93, com a finalidade de autorizar o Poder Executivo a promover ajustes nas tabelas de vencimentos dos servidores daquele Poder, bem como a conceder reajuste geral aos vencimentos do funcionalismo estadual, no mês de julho do corrente ano.

No âmbito desta Comissão, temos que nada impede sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Nestas condições, entendemos que não há nada impedindo sua normal tramitação neste Poder, razão pela qual opinamos FAVORAVELMENTE à sua aprovação, na forma da Emenda ao Substitutivo Geral apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE
Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 287/93

EMENDA AO SUBSTITUTIVO GERAL

Proferida pela Comissão de Constituição e Justiça.

Altera o artigo 1º do Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 287/93, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos da Lei nº 10.331, de 9 de junho de 1993, a promover ajustes nas tabelas de vencimentos dos servidores da administração direta e autárquica, cuja implantação será efetuada em até 2 (duas) parcelas iguais, de acordo com a disponibilidade financeira do Tesouro Geral do

Estado."

Sala das Comissões em 29.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE
Presidente e Relator.

Em votação.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar).

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós queremos deixar registrado a posição contrária da Bancada do PT a esse Projeto de Lei, por algumas razões.

Não que sejamos contrários à revisão dos vencimentos dos funcionários públicos estaduais, à eliminação de distorções, injustiças que eventualmente estejam ocorrendo, desníveis e também não que sejamos contra a autorizar o Estado a aplicar o reajuste aos servidores no mês de julho.

O que nós entendemos, todavia, é que a forma como está sendo apresentado esse projeto, na verdade, é uma delegação de poderes que o Legislativo dá ao Executivo para fazer o que bem entender em termos de política salarial.

A Assembléia Legislativa do Paraná não pode abrir mão de suas prerrogativas.

O Governo do Estado anunciou uma isonomia salarial. Deveria ele estar enviando as tabelas para esse Poder, para verificar se efetivamente essa isonomia está sendo aplicada, as distorções estariam sendo corrigidas, e mais do que isso, tivemos o compromisso do envio de uma mensagem estabelecendo uma política salarial para o conjunto do funcionalismo do Estado, política salarial esta, que submeteria todos os Poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário ao império da Lei.

Uma Lei que sobrepujasse a vontade das pessoas e que estabelecesse um mecanismo de correção dos salários de forma geral, todas elas vinculadas à capacidade de pagamento do Poder Público.

Isso de fato, não está contemplado nesta Lei. O Poder Executivo pretende, por decreto, estabelecer as tabelas.

O Poder Legislativo, conseqüentemente não terá como corrigi-las, se as distorções permanecerem ou se o espírito da Lei, da idéia da isonomia for afrontado aqui, o que nós já teríamos aberto mão da prerrogativa de cancelar, de analisar esse projeto.

Nós, mais do que isso, não podemos concordar também com o caráter do projeto, que tem um caráter eminentemente autorizatório que faz com que o Governo do Estado, não tenha compromisso efetivo com os índices a serem concedidos.

Vejam os Senhores, que o limite estabelecido para o reajuste está no valor correspondente ao INPC.

Nós podemos efetivamente chegar a uma

situação em que o Estado não possa nem dar o INPC em razão desse reajuste extrapolar a folha de pagamento, mas o inverso é verdadeiro.

O Estado poderá ter condições de dar um reajuste superior ao INPC e aí por essa Lei, não terá condição de fazê-lo.

É preciso lembrar, também, que os funcionários do Estado do Paraná tem índices de perdas salariais muito grandes, acumulados nos últimos anos, e seria, inclusive, necessário que houvesse até mesmo um aceno à reposição salarial, de forma que nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores queremos deixar bem clara a nossa posição: nós somos favoráveis a se eliminar as distorções, somos favoráveis à isonomia de vencimento entre os três Poderes, somos favoráveis ao reajuste do funcionalismo, mas não podemos concordar que o Poder Legislativo abra mão de sua prerrogativa de homologar, de cancelar as novas tabelas e o novo índice a ser fixado pelo Governo do Estado, que conseqüentemente, será estendido aos demais Poderes.

A nossa preocupação fundamental é que esta Lei, na verdade, não obrigue o Governo do Estado a corrigir as distorções e, muito menos obrigue o Governo do Estado a conseguir reajustes mínimos que podem ser contemplados com uma política salarial.

A nossa posição é contrária à forma do projeto, mas favorável à idéia de correção de distorções e de reajuste do funcionalismo.

O SR. PAULO MATA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A preocupação externada pelo companheiro Deputado Ernani Pudell também passa a ser uma preocupação do PDT nesta Casa, visto que o Projeto totalmente autorizatório, ele refere-se a Lei da Isonomia.

E naquela oportunidade também questionávamos aqui a necessidade da apresentação do plano de cargos e salários, o que não aconteceu na oportunidade.

Agora, faz-se a proposta da correção e da incorporação dos abonos aos salários e autoriza-se através de decreto, toda esta questão em termos de Poder Executivo, sem que o Legislativo, em momento algum, tivesse conhecimento das tabelas ou das pretensões que o Governo acena em termos de reajuste do funcionalismo público. Tanto é que a C.C.J. apresenta um substitutivo tirando esta prerrogativa do Governo do Estado para conceder até o limite do INPC.

Sabemos que a situação do funcionalismo está bastante difícil, e quando ele pede para que a Assembléia lhe autorize até o limite, ele pode também dar a estes funcionários, o percentual que ele achar por bem: se numa inflação de 30 ele achar que o limite é de 5%, ele pode estabelecer is-

to.

E o que queremos destacar é a emenda da C.C.J., que estabelece no limite do INPC, visto que o Governo do Estado deve trabalhar dentro deste limite.

E queremos, também, registrar a nossa posição contrária à forma e não ao mérito, porque de fato há necessidade de se incorporar aos salários do funcionalismo os abonos concedidos pelo Governo do Estado.

Está mais do que na hora de se pensar em uma política salarial, numa política de reajuste do funcionalismo público.

O nosso voto contrário, neste momento também se prende a esta prerrogativa que a Assembléia Legislativa jamais poderia dar, que é por Decreto.

O Governo ficará autorizado, como ficou, no passado aprovamos nesta Casa, obviamente naquela oportunidade também registramos a nossa posição contrária do Governo do Estado, por decreto, reajustar os salários dos servidores.

Mais uma vez a coisa vem por decreto.

A Assembléia Legislativa não pode lavar as mãos desta responsabilidade.

Há necessidade de acompanhamento das tabelas de vencimentos da política que o Governo do Estado pretende adotar em termos do funcionalismo público, e esta prerrogativa não podemos abrir mão em hipótese alguma.

O PDT é contrário a esta forma de se autorizar sem uma discussão mínima com a Assembléia Legislativa o reajuste do funcionalismo público.

Concordamos que deva ser feito, queremos registrar também a nossa posição contrária ao parcelamento das perdas em três parcelas, acho que as perdas são significativas, isto representa aquilo que está vivendo o funcionário público. É uma situação difícil, e quando se estabelece a correção em três parcelas, vemos que a situação vai ficar pior ainda, porque além das perdas, que você não sabe quais, (as que o Governo vai anunciar), não conhecemos também o índice de reajuste que o Governo pretende dar ao funcionalismo público.

E no momento em que a Assembléia Legislativa autoriza o Governo a, por decreto, dizer qual o índice de reajuste que não aparece no Projeto, qual o índice de perdas salariais que também não aparece no Projeto, nós vemos que a necessidade da Assembléia Legislativa fica totalmente inócua.

Então eu não vejo como autorizar esse tipo de proposta da forma como está sendo feito. É um tiro no escuro.

É óbvio, volto a frisar, o PDT concorda e acha que é o momento mais do que oportuno, já devia até ter acontecido, o reajuste do funcionalismo público, mas

não podemos abrir mão da prerrogativa de se saber em que valores o Governo pretende negociar, em quais tabelas e de que forma vai se implantar a isonomia aqui.

Desde a implantação da Lei esta Casa não tomou conhecimento das estruturas de tabelas que se pretendia implantar ao funcionalismo público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o projeto. **Aprovado.**

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Registro o voto contrário da Bancada do PT, PDT e o Deputado Mário Bezerra. PTB.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registrado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 288/93, de autoria do Poder Executivo- Mensagem n° 035/93, altera os artigos 9°, 10 e 13, da Lei Complementar n° 014, de 26 de maio de 1982, alterada pela Lei Complementar n° 19, de 29 de dezembro de 1983, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado.** (Publ. no DA. n° 84, de 24.06.93 - Mens.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 288/93

PARECER:

Oriundo da Mensagem n° 35/93, objetiva o Projeto em tela, alterar os artigos 9° 10 e 13 da Lei Complementar n° 14, de 26 de maio de 1982, com as modificações dadas pela Lei Complementar n° 19, de 29 de dezembro de 1983, na medida em que extingue as carreiras de detetive, agentes de segurança e carcereiro, passando seus ocupantes a integrarem a carreira de Investigador de Polícia, além de estabelecer outras providências de ordem administrativa.

Observados os aspectos de constitucionalidade e demais circunstâncias pertinentes à análise desta Comissão nada encontramos que obste a tramitação da presente matéria, razão pela qual somos de parecer favorável à sua aprovação por esta Casa.

Sala das Comissões, em 24.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
LUIZ ANTONIO SETTI - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 288/93

PARECER:

O Projeto de Lei em tela, oriundo da Mensagem Governamental n° 035/93, tem por finalidade alterar os dispositivos que especifica, da Lei Complementar n° 14, de 26.05.82, alterada pela Lei Complementar

n° 19, de 29.12.83, referente ao Estatuto da Polícia Civil e adota outras providências.

No que concerne ao aspecto financeiro da matéria, inexistente qualquer impedimento a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Nestas condições, nosso Parecer é Favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 289/93, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, autoriza o Poder Judiciário a conceder, mediante decreto judiciário, no mês de julho de 1993, reajuste de vencimentos dos seus servidores, até o limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Com SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. (Publ. no DA. n° 84, de 24.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 289/93

PARECER:

Oriundo do Ofício n° 384/93, de autoria do Poder Judiciário, objetiva o presente projeto de lei, reajustar, no mês de julho do corrente ano, os vencimentos dos servidores daquele Poder.

Analisada a matéria sob os aspectos a que a Comissão é chamada a opinar, temos que a mesma deverá tramitar na Assembléia Legislativa sob a forma do Substitutivo Geral em anexo, que promove a devida adequação ao assunto.

Isto posto, somos de parecer favorável à aprovação.

Sala das Comissões, em 24.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL
AO PROJETO DE LEI N° 289/93

Art. 1° - Fica o Poder Judiciário autorizado a conceder, no mês de julho de 1993, reajuste de vencimentos aos seus servidores, no limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor- INPC, apurado nos dois meses anteriores.

Art. 2° - O Poder Judiciário fixará, mediante decreto, tabelas de vencimentos relativas da presente Lei.

Art. 3° - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor

na data de sua publicação, com efeitos financeiros nela estabelecidos, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 289/93

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, através do Ofício n° 384/93, objetiva autorizar o Poder Judiciário a conceder, mediante decreto judiciário no mês de julho de 1993, reajuste de vencimentos dos seus servidores, até o limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Sob a matéria já existe parecer favorável com Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão opinar, conforme lhe preceitua o § 3°, do Art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo Parecer Favorável, na forma do Substitutivo geral apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

NEREU ALVES DE MOURA - Relator.

Aprovado.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Só para confirmação. Com a aprovação do projeto o substitutivo ficou prejudicado?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não. Amanhã na 2ª. Discussão estaremos analisando o substitutivo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 290/93, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça - Ofício n° 470/93, autoriza o Procurador-Geral de Justiça a promover ajustes nas tabelas de vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, nos mesmos parâmetros a serem adotados pelo Poder Executivo, cuja implantação será efetuada em até três (3) parcelas iguais. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. (Publ. no DA. n° 84, de 24.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 290/93

PARECER:

Oriundo do Ofício n° 470/93, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, objetiva o presente plano de lei reajustar, no mês de julho do corrente ano, os vencimentos dos servidores daquele Poder.

Analisada a matéria sob os aspectos a

que esta Comissão é chamada a opinar, temos que a mesma deverá tramitar na Assembleia Legislativa sob a forma do Substitutivo Geral em anexo, que promove a devida adequação ao assunto.

Isto posto, somos de parecer favorável à aprovação.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL
AO PROJETO DE LEI N° 290/93

Art. 1° - Fica o Procurador-Geral de Justiça, autorizado a conceder, no mês de julho de 1993, reajuste aos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, no limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor- INPC, apurado nos dois meses anteriores.

Art. 2° - O Procurador-Geral de Justiça fixará, mediante Ato, tabelas de vencimentos relativas à presente Lei.

Art. 3° - As despesas decorrentes da execução da presente lei, correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério Público.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros nela estabelecidos, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 290/93

O presente Projeto de Lei, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça - Ofício n° 470/93, que autoriza o Procurador-Geral de Justiça a promover ajustes nas tabelas de vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, nos mesmos parâmetros a serem adotados pelo Poder Executivo, cuja implantação será efetuada em até 3 (três) parcelas iguais.

A matéria já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação, na forma do Substitutivo geral apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

JOAO PREIS - Relator.

Aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Re-

gistrando o voto contrário nos Projetos 289, 290 e 291, da Bancada da PT.

SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registrado de forma global e por atacado o voto contrário do PT.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 291/93, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - Ofício n° 1242/93, autoriza o Tribunal de Contas, nos termos da Lei n° 10.331, de 09 de junho de 1993, promover ajustes nas tabelas de vencimentos de seus servidores, cuja implantação será efetuada em até 03 (três) parcelas iguais, de acordo com a disponibilidade financeira do Tesouro Geral do Estado. Com **PARECERES FAVORÁVEIS** da C.C.J. e C.F. **Aprovado, com a ressalva do voto contrário do PT.** (Publ. no D.A. 84, de 24.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 291/93

P A R E C E R:

Oriundo do Ofício n° 1242/93, de autoria do Tribunal de Contas, objetiva o presente plano de lei reajustar, no mês de julho do corrente ano, os vencimentos dos servidores daquele Poder.

Analisada a matéria sob os aspectos a que esta Comissão é chamada a opinar, temos que a mesma deverá tramitar na Assembleia Legislativa sob a forma do Substitutivo Geral em anexo, que promove a devida adequação ao assunto.

Isto posto, somos de parecer favorável à aprovação.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) **ERONDY SILVÉRIO** - Presidente
OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI
N° 291/93

Art. 1° - Fica o Tribunal de Contas autorizado a conceder, no mês de julho de 1993, reajuste geral aos seus servidores, ativos e inativos, no limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado no dois meses anteriores.

Art. 2° - O Tribunal de Contas fixará, mediante ato da Presidência, tabelas de vencimentos relativas à presente lei.

Art. 3° - As despesas decorrentes desta lei, correrão a conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros nela estabelecidos, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.06.93.

(aa) **ERONDY SILVÉRIO** - Presidente
OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 291/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, através do Ofício n° 1242/93, nos termos da Lei n° 10.331, de 09 de junho de 1993, promove ajustes nas tabelas de vencimentos de seus servidores, cuja implantação será efetuada em até 03 (três) parcelas iguais, de acordo com a disponibilidade financeira do Tesouro Geral do Estado.

Sobre a matéria existe o parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão opinar, conforme lhe preceitua o § 3°, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo parecer favorável, igualmente, opinando pela aprovação do presente projeto de lei, na forma do Substitutivo Geral apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.93.

(aa) **LOURENÇO FREGONESE** - Presidente
JOÃO PREIS - Relator

SR. DOMINGOS CARVALHO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero aproveitar esse momento para agradecer, em nome da minha família, pelo passamento do meu irmão Américo Faustino de Carvalho.

O falecimento do meu irmão não veio entristecer somente a minha família, veio entristecer, também, toda comunidade de Jaguariaíva e regiões vizinhas, pelo fato, principalmente, de ele ser médico naquela cidade há mais de vinte anos, não se enriquecendo não por falta de competência sua, porque competência ele tinha, e muita, mas pela sua dedicação às pessoas pobres e carentes daquele Município.

Então, Sr. Presidente, as homenagens dedicadas pelos Deputados dessa Casa, principalmente do meu amigo Djalma de Almeida César, veio, realmente, sensibilizar a minha família e, principalmente a mim, a qual isso vem me orgulhar, e mais uma vez agradeço a ele essas homenagens dedicadas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência, em nome de toda Assembleia Legislativa soma-se ao Deputado Djalma e aos demais que possivelmente já tenham se manifestado em voto de pesar pelo falecimento do Dr. Américo Faustino de Carvalho, irmão do nosso ilustre Deputado Domingos Faustino de Carvalho.

Sobre a Mesa, Requerimentos n°s 2342 e 2352 de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constantes do expediente. **Apro-**

vados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2300, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2344, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2349, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2326 e 2327, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2341, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2305, 2322, 2301 e 2347, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2299, de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2298, de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2302 e 2303, de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2304, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2309 a 2313, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2314, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2316 a 2318, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2319, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2291, 2320, 2345 e 2340, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2328 a 2332, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2333, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2334 a 2339, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2346, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, com apoio dos Srs. Deputados Rossoni, José Alves Luiz Antonio Setti, e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2350, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2351, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. RENATO ADUR E O SR. NILTON BARBOSA
(Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 2325, de autoria do Sr. Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ H. BONA TURRA - (Para Encaminhar) - Além desse pedido de informação, Sr. Presidente, quero informar também aos colegas Deputados que estou iniciando a coleta de assinaturas com vistas a formação de uma comissão especial, encarregada do estudo do fenômeno que é mais amplo e vai para além desse denunciado, no 1° Distrito Policial, que é a prática decorrente de mecanismos e métodos violentos, em especial da tortura, para obtenção de confissões de indiciados e presos.

A sociedade paranaense e a brasileira, no seu conjunto, tem acompanhado, perplexa, a escalada da violência que se dá nas grandes cidades e de modo especial e particular a violência que comete o Estado contra a cidadania.

Estamos diante, agora, de um caso específico que foi denunciado pelo Sindicato dos Trabalhadores no setor da Telefonia, e que tem uma versão, que é a versão da direção da TELEPAR, segundo a qual teriam sido alcançados nesse procedimento de prisão, funcionários envolvidos em procedimentos irregulares e de corrupção no âmbito da TELEPAR.

Na versão dos detidos, não só seriam inocentes como, ainda mais, teriam sido

submetidos no âmbito da 1.ª Delegacia do 1.º Distrito dessa capital, não só a tortura psicológica como também a tortura física com o uso de métodos medievais.

Então, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós iniciamos, agora, a coleta de assinaturas para a confirmação desta Comissão Especial, já que impedida a formação de Comissão Parlamentar de Inquérito, até que se vote Projeto que tramita nesta Casa, que busque superar esta limitação, no sentido mais amplo e não específico.

Quando nós nos damos conta de que a tortura vem sendo denunciada no interior do Estado e também na Capital nós estamos diante de um fenômeno, que é um fenômeno nacional, que precisa ser devidamente cuidado pelo Poder Legislativo, e apresse a sociedade, grande parte dela, se vê perplexa e anestesiada, imaginando que todos aqueles que são alcançados pela malha policial, necessariamente são delinquentes. E ainda que fossem, a consciência democrática indica que o Poder Legislativo do Estado do Paraná, as forças democráticas que o integram, têm que ter um procedimento de estudo deste fenômeno e ao mesmo tempo de responsabilização por estas práticas, que são práticas medievais e incompatíveis com o Estado de direito democrático.

É a informação, ao tempo em que requerido, também, aos Senhores Parlamentares e aprovação deste Pedido de Informações que se encontra sobre a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o Requerimento do Deputado Bona Turra. **Aprovado.**

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, manifestação do Deputado José Arthur Ritti e do Deputado Severino Félix, faz-me pedir a V.Exa. - se possível, evidente que não querendo infringir o Regimento Interno da Casa - insistir no Pedido que fiz para discutir, com relação ao requerimento do Deputado Algaci Túlio, no Pedido de Informações que faz à Secretaria de Esporte e Turismo e à FUNDEPAR.

Então, se V.Exa. me concedesse este pedido ou se novamente pode consultar o Plenário, eu abriria mão do pedido que fiz para discutir o requerimento do Deputado Algaci Túlio.

Na verdade, até dizer que concordo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Havendo retirado o pedido de discussão da matéria, nós o reanalisaremos ao final da sessão.

Requerimento nº 2308, de autoria do Senhor Deputado João Iensen, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2315, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2348, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha e Emilia Belinati, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa para encaminhar à C.C.J., para as providências necessárias.**

Requerimentos nºs 2289 e 2290, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente de sessão anterior. **Retirados pelo autor.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 026/92.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 038 e 169/93.

3.ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei nºs 257 e 395/92 e 018, 073, 176 e 185/93.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 191, 213, 242, 251, 278, 280, 281, 287, 289, 290, e 291/93. e do Projeto de Lei Complementar nº 288/93.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 130, 183, 298, 304, 305, 306, 307, 308, 175, 187, 205, 210, 211, 216, 223, 221, 237, 238, 240, 245, 247, 248, 258, 263, 268 e 273/93.

Levanta-se a sessão.